Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Exemplo prático de dano da "fake news" do Pix 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Grupo de ministros se une para defender Haddad dos críticos dentro do governo 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Relatório da CGU traz alertas sobre eficácia de emendas parlamentares 7

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

PF investiga fraudes que deram prejuízo de R\$ 1,5 milhão ao INSS 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Despesas "zumbis" pressionam arcabouço 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cenário global elevou tensões, afirma Haddad 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Planalto cogita frear exportação, mas recua 12

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nordeste sente mais a inflação e empresas já são afetadas 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Prévia mostra IPCA de 1,23% 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com variação de 1,23%, IPCA-15 é o maior para fevereiro desde 2016 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Após carne e café, verduras disparam e pressionam a inflação da comida 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O pior da inflação está por vir 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Prévia da inflação de fevereiro sobe 1,23% 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

BNDES desembolsou R\$ 133,7 bi em 2024, alta de 17% 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economistas preveem inflação mais alta para a baixa renda 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Abaixo da expectativa, IPCA-15 é o maior em quase 3 anos 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Impacto no PIB é de até 0,2 ponto percentual 27

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Confiança do consumidor nos EUA tem maior queda desde 2021 28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Com expurgo de militares, Trump põe os EUA na rota de uma autocracia 30

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Governo arrisca ao apostar no crédito para recuperar prestígio 32

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Razões para a desaprovação do governo 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BNDES tem lucro de R\$ 26,4 bilhões em 2024, alta de 20,5% sobre 2023 36

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Lula demite Nísia Trindade após semanas de fritura e desloca Padilha para a Saúde
..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Orçamento 2025 deve ser votado na 2A quimzena de março 40

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
POLÍTICA

De José Serra a Nísia Trindade, veja o contexto político que levou à saída de todos os últimos ministros da Saúde
..... 42

CORREIO BRAZILJENSE - DF - ECONOMIA
SAQUE ANIVERSÁRIO

Planalto e centrais definem hoje detalhes da MP do FGTS 44

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR ECONOMICO
SAQUE ANIVERSÁRIO

liberação do saque-aniversário do FGTS vai injetar R\$ 12 bi na economia 45

Exemplo prático de dano da "fake news" do Pix

Hydra era um monstro gigante parecido com uma cobra d'água que, dependendo da versão, tinha sete ou mais cabeças. Representava o mal e ameaçava tudo destruir, diz a mitologia grega. Qualquer um que tentasse decapitá-la iria descobrir que, assim que uma cabeça qualquer era cortada, outras emergiam do ferimento. Só uma das cabeças era a "verdadeira", aquela que, ceifa-la, levaria à sua morte. Milhares de anos depois de sua concepção, a história inspirou o nome da operação contra duas "fintechs" que operavam para o crime organizado.

Deflagrada na terça-feira (25) em conjunto pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e a Polícia Federal (PF), a Operação Hydra prendeu um policial civil, apontado como CEO de uma das "fintechs", e cumpriu dez mandados de busca e apreensão em São Paulo, Santo André e São Bernardo. A Justiça também determinou o bloqueio de valores existentes em oito contas bancárias, além da suspensão temporária das atividades das instituições de pagamento que foram alvo.

A investigação foi iniciada a partir das declarações prestadas por Antônio Vinícius Gritzbach, o delator do PCC assassinado em novembro do ano passado no Aeroporto Internacional de Guarulhos, um episódio que ainda pode ter desdobramentos por muito tempo. Mas que já expôs duas das cabeças da serpente.

Lamentavelmente, é possível afirmar que outras cabeças surgirão para operar em substituição às que foram atacadas.

É esta a certeza de autoridades que ainda lamentam a revogação da instrução normativa da **Receita Federal** que ampliava a fiscalização sobre as transferências mensais superiores a R\$ 5 mil realizadas por pessoas físicas. O recuo se deu na esteira de uma avalanche de notícias falsas sobre suposta intenção do Poder Público de visar microempreendedores. No limite, acrescentavam as "fake news", o ato culminaria na taxaço do Pix. Um de seus principais alvos da medida, contudo, eram justamente as "fintechs" que operam de forma obscura.

Um estrategista do Palácio do Planalto explica o recuo. Neste caso, a decisão foi "tirar o objeto" que

alimentava a "fake news" para arrefecer a crise. Avalia-se que o governo precisa apresentar ao público em geral "a verdade" antes da publicação de qualquer ato sensível. Dessa forma, não há vazão quando a mentira for posta por adversários e detratores. O erro a ser evitado é publicar medidas em um vazão informacional.

Faz sentido. Há quem concorde, inclusive na equipe econômica, que dificilmente será possível prever o que ocorreria com a imagem do governo se a medida fosse mantida. O antídoto não estava adiantando e já havia um efeito prático deletério em avanço: a redução do uso do Pix por pessoas mal informadas e que acreditaram na "fake news".

Por outro lado, pode-se argumentar que a anulação de um ato legítimo, em razão de uma onda de críticas impulsionadas por notícias falsas nas redes sociais, não é um sinal positivo dado por quem muitas vezes precisa tomar medidas impopulares.

É um fato que a norma da Receita seria um instrumento importante para combater o crime organizado. Sem ela, os órgãos de controle terão mais trabalho para fazer repressões pontuais.

Agora, uma ideia alternativa que circula no governo é articular um movimento de conformidade com grandes empresas do setor, que já queriam ser diferenciadas daquelas que fazem algo de errado, e as pequenas que fazem o certo. Ficariam expostas aquelas que têm ligação com atividades ilegais, como o crime organizado. O governo também descobriu que casas de "bets" ilegais, que não aderiram à regulamentação do setor criada para separar o joio do trigo, também operavam com "fintechs". O mesmo pode estar ocorrendo nos setores de distribuição de combustíveis e venda de cigarros falsificados.

Outro desafio do governo nesta frente é aprovar o projeto do Devedor Contumaz, aquele que não paga imposto de forma recorrente, usa a inadimplência como prática de negócio e desequilibra a concorrência no mercado.

O tema está parado no Congresso. Travou na Câmara dos Deputados, onde um pedido de vista suspendeu sua tramitação no fim do ano passado. O texto havia sido enviado ainda no primeiro semestre de 2024, em

regime de urgência, mas foi encaminhado para as comissões

por pressão de setores que criticavam a amplitude de quem poderia ser considerado um devedor contumaz. Ou seja, ficaria proibido de abrir novas empresas e aproveitar benefícios fiscais, por exemplo.

O governo fez concessões ao texto, como para permitir que as confederações empresariais retirassem da lista empresas ou pessoas do rol de devedores contumazes e, dessa forma, impedissem eventuais injustiças. Mas mesmo assim o projeto não andou.

Agora há a possibilidade de os governos federal e estaduais darem novo impulso a uma proposta parecida e que tramita no Senado. Mas ela pode ser endurecida, uma vez que as concessões não fizeram o projeto que está na Câmara andar. A blindagem ao empresariado que trabalha na legalidade pode ser mantida, mas eventuais brechas ao crime organizado retiradas.

A destruição de Hydra tomou-se um dos 12 trabalhos de Hércules, missões que só alguém com força sobre-humana poderia executar. Algo como combater o crime organizado no Brasil.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=20§ion=1>

Grupo de ministros se une para defender Haddad dos críticos dentro do governo

SÉRGIO ROXO sergio.roxo@oglobo.com.br

Em meio à queda de popularidade do governo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem sido alvo de críticas que são levadas diretamente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por colegas de Esplanada. Como resposta, um grupo de ministros se uniu para contra-atacar e tentar fortalecer o titular da pasta responsável pelos rumos da economia do país. E integrantes do governo afirmam que Lula tem consciência de que Haddad é praticamente insubstituível na Fazenda.

As queixas vêm do chefe da Casa Civil, Rui Costa, e de aliados dele, que veem em medidas da Fazenda algumas das maiores crises vividas pelo governo. Procuradas, as pastas da Fazenda e da Casa Civil não comentaram.

O grupo de ministros que tem atuado para fortalecer Haddad dentro do governo é composto, em sua maioria, por representantes de partidos de centro. A ideia é dar impulso à bandeira da responsabilidade fiscal, defendida pelo titular da Fazenda.

APOIO DO SETOR PRODUTIVO

Esse grupo decidiu se unir no fim do ano passado. Um dos que assumiu a missão foi o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, filiado ao partido de Gilberto Kassab, o PSD. O cacique político chegou a chamar Haddad de "fraco" em janeiro - Lula respondeu elogiando o ministro da Fazenda e dizendo que Kassab havia sido injusto. Também faz parte desse grupo o titular da pasta de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, do Republicanos - legenda do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, apontado como possível adversário de Lula em 2026.

A lista conta ainda com os ministros dos Transportes, Renan Filho, do MDB; da Ad-vocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias; e Alexandre Padilha, que está saindo da pasta de Relações Institucionais para assumir a Saúde. Padilha é filiado ao PT, e Messias tem vínculos com a legenda, apesar de não ser filiado. Parte da equipe pró-Haddad mantém contato, no dia a dia de suas pastas, com empresários e com o mercado financeiro.

Segundo um dos integrantes do grupo, os ministros

têm procurado aproveitar os despachos com Lula para relatar o apoio que Haddad tem no setor produtivo. Pontuam que ações como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida não terão sucesso se o ministro da Fazenda não estiver fortalecido para garantir a estabilidade econômica.

A ala crítica a Haddad, que conta ainda com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, vincula a queda de popularidade do governo a duas iniciativas do Ministério da Fazenda: a "taxa das blusinhas", que prevê a aplicação do Imposto de Importação de 20% nas compras de até US\$ 50 feitas em plataformas online; e a crise a partir do monitoramento de transações financeiras, como o Pix, pela **Receita Federal**. Esses cenários foram levados a Lula em uma reunião sem a presença de Haddad na semana passada.

Na semana passada, em entrevista ao site Metrôpoles, Costa foi questionado se as medidas da Fazenda impactaram a popularidade do governo. Ele respondeu:

- As pesquisas públicas que todos conhecem, que a imprensa divulgou, sinalizam a questão da taxa daqueles aplicativos das plataformas de venda ("a taxa das blusinhas"). A questão da fake news do Pix afetou fortemente. Criou um ambiente de desconfiança.

No dia a dia, o ministro tem alertado o presidente sobre as possíveis consequências quando suas opiniões não são seguidas. Foi o que aconteceu na época do anúncio do pacote fiscal em novembro. Além de defender um leque mais amplo de medidas, o ministro da Fazenda não queria que os cortes de despesas fossem anunciados junto com a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, como determinou Lula.

"GRATA SURPRESA"

Em janeiro, o ministro da Fazenda sofreu uma derrota em uma disputa com um novo integrante do governo. Poucos dias depois de assumir o comando da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira convenceu Lula a editar uma MP para revogar a norma da **Receita Federal** que havia instituído a fiscalização de transações via Pix. Haddad era contra o recuo.

O último ponto de críticas a Haddad no governo foi por causa da suspensão de operações do Plano Safra, na semana passada, já resolvida por medida provisória (MP). Integrantes do Palácio do Planalto avaliam que o episódio evidenciou mais uma falha de comunicação do Ministério da Fazenda.

Mas não é só no governo que Haddad tem aliados. Em entrevista ao GLOBO após assumir como presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) classificou o ministro da Fazenda de "grata surpresa":

- A agenda que ele defende é positiva, mas muitas vezes ele fica vencido na decisão política tomada pelos ministros que estão no Palácio e, claro, pelo presidente da República.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Relatório da CGU traz alertas sobre eficácia de emendas parlamentares

A Controladoria-Geral da União (CGU) já fez alertas no sentido de que o acúmulo de emendas parlamentares em restos a pagar "pode indicar que tais recursos apresentam um alto risco de não resultarem em ações que estejam gerando valor à sociedade".

O órgão de controle interno do governo federal também sugeriu o oposto do que está sendo endereçado pelo Congresso, ao dizer que o arcabouço normativo que regula o cancelamento de restos a pagar, especialmente os decorrentes de emendas parlamentares, "parece demandar aperfeiçoamentos para assegurar a execução tempestiva e eficiente das programações orçamentárias".

O relatório do órgão, ao qual o Valor teve acesso, é anterior à recente aprovação do Senado do projeto que restabelece execução de restos a pagar desde 2019 e inclui emendas, mas traz recados importantes quanto a eficácia dos investimentos via emendas. Ontem a Câmara aprovou a urgência para analisar o projeto.

A CGU analisou que aproximadamente R\$ 6,9 bilhões de RP8 (emendas de comissão) foram inscritos ou reinscritos entre 2023 e 2024.

Durante a votação no Senado na última semana, o relator Carlos Portinho (RJ), adicionou uma série de restrições à execução dos recursos que, segundo ele, diminuem o impacto orçamentário da proposta, prevendo R\$ 4,6 bilhões, mas ressaltando que não tem o valor exato.

No cálculo em que o relator se baseou, R\$ 2,4 bilhões são despesas discricionárias, R\$ 2,2 bilhões em emendas de relator (RP9) e R\$ 60 milhões em emendas de comissão (RP8), antigo e atual modelo do orçamento secreto. Mas na direção oposta, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP) afirmou que a proposta irá recompor um total de R\$ 15,7 bilhões e detalhou as ações que serão restabelecidas.

"Destaca-se a importância e urgência de implementação de mecanismos que garantam a adequada alocação eficiente e eficaz desses recursos", diz o órgão no relatório. A proposta aprovada pelo Senado, que agora vai à Câmara, inclui

emendas parlamentares bloqueadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e vai de encontro a um veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025.

De autoria do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), o texto foi aprovado na quarta-feira (19) pelos senadores, pouco mais de uma semana após ser protocolado no Senado pelo amapaense e pegou a equipe econômica do governo Lula de surpresa.

O órgão lembra que a LDO 2024 introduziu um dispositivo que estabelece que "os restos a pagar não processados inscritos a partir do exercício de 2019, vigentes no mês de novembro de 2023, e que se refiram a transferências realizadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal aos Estados, Distrito Federal e municípios ou a descentralizações de crédito realizadas entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da **Seguridade Social** da União poderão ser liquidados até 31 de dezembro de 2024", sugerindo aperfeiçoamentos ao dispositivo.

"Considerando o crescimento do volume de inscrição em restos a pagar do RP8 e o seu impacto na eficiência para a entrega de bens e serviços para a sociedade, surge o alerta para o aumento de orçamento destinado a esse tipo de emenda, agravado pela baixa execução", pontuou a CGU no relatório, que foi solicitado pelo ministro Flávio Dino em 2024.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=20§ion=1>

PF investiga fraudes que deram prejuízo de R\$ 1,5 milhão ao INSS

Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil

A Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) fazem, nesta quarta-feira (26), operação contra uma organização criminosa especializada em fraudar o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A Operação Renascimento cumpre três mandados de busca e apreensão no Grande Rio contra suspeitos de participar do esquema.

Segundo a PF, o grupo criava identidades fictícias para a obtenção de aposentadorias. Os benefícios previdenciários eram retirados em nome de pessoas fictícias, por meio de procurações e documentos falsos. Estima-se que o esquema tenha causado prejuízo superior a R\$ 1,5 milhão à **Previdência Social**.

As investigações começaram depois da prisão em flagrante de uma pessoa que tentava desbloquear um benefício previdenciário suspenso por suspeita de fraude. A partir da prisão, os investigadores conseguiram identificar outros suspeitos de integrar o grupo.

De acordo com a PF, os investigados responderão pelos crimes de organização criminosa, estelionato previdenciário, falsidade ideológica, falsificação de documentos públicos e uso de documentos falsos. As penas somadas superam os 30 anos de prisão.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-02/pf-investiga-fraudes-que-deram-prejuizo-de-r-15-milhao-ao-inss>

Despesas "zumbis" pressionam arcabouço

A vança rápido o projeto de lei complementar que "ressuscita" R\$ 15,7 bilhões em despesas que não foram executadas nos anos em que estavam autorizadas no Orçamento, e por isso são chamadas de "restos a pagar". A Câmara decidiu ontem apreciar a proposta, aprovada na semana passada no Senado, em regime de urgência.

O embaraço que isso pode trazer ao Orçamento de 2025 é moderado, avaliam técnicos da área orçamentária.

A mensagem política, porém, é muito ruim do ponto de vista das contas públicas e do ambiente macroeconômico. "Se o Congresso aprovar essa irresponsabilidade, podemos assistir a uma forte subida do dólar", disse à coluna o ex-ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega. Não há margem, dentro dos limites do arcabouço fiscal, para acomodar mais esse conjunto de despesas, explicou.

A aprovação da proposta, que abarca restos a pagar de 2019 para cá e os prorroga até o final de 2026, também levantou preocupações na equipe econômica do governo, que foi pega de surpresa com a votação no Senado. "Complicado", reagiu um integrante.

A votação mostrou, porém, que nem a bancada governista está disposta a contribuir com o ajuste fiscal. "Esse assunto não existe por aqui", afirmou um técnico da área de orçamento que atua no Congresso.

Hoje já há dificuldades para acomodar no Orçamento despesas que não estão totalmente contempladas nele. A Instituição Fiscal Independente (IFI) estima haver R\$ 20,8 bilhões em gastos que estão fora da peça orçamentária: R\$ 12,5 bilhões do programa Pé-de-Meia e R\$ 8 bilhões do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais (FCBF), criado na **reforma tributária**. Além disso, aponta, faltam recursos para o Auxílio-Gás e as despesas da Previdência estão subestimadas em R\$31 bilhões.

As despesas "zumbis" dos restos a pagar, porém, são um pouco diferentes desses gastos regulares do ano. Isso porque elas não se tornaram restos a pagar por acaso, e sim porque enfrentaram algum tipo de dificuldade na execução. E pode ser que continuem assim, travadas. Nesse caso, não geram desembolso de recursos.

"Há coisas ali de três, cinco anos que talvez não se resolvam em mais dois", ponderou um técnico. Na sua

visão, a aprovação do projeto não traz embaraços de curto prazo à execução do Orçamento de 2025. "Mas é uma medida inusual", comentou.

Outro especialista contrapõe que, embora as chances de execução não sejam elevadas, essas despesas não poderão ser ignoradas. Os ministérios não poderão executar só o Orçamento do ano, porque alguns dos restos a pagar podem, de fato, ser viabilizados.

Uma vez aprovado o projeto, como é a tendência, o próximo passo é Lula sancioná-lo ou vetá-lo. Será mais um capítulo de uma novela iniciada no ano passado. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 continha dispositivo que prorrogava a validade dos restos a pagar até 31 de dezembro deste ano. Lula vetou, alegando que está em desacordo com a legislação orçamentária, além de dificultar a gestão financeira.

Com o veto, os restos a pagar acumulados desde 2019 "morreram" em 31 de dezembro passado, como determinava a Lei de Diretrizes Orçamentárias de

2024.0 projeto de lei aprovado ontem "ressuscitou" essas despesas. É algo que nunca havia ocorrido antes.

As chances de haver um debate jurídico em torno disso, porém, são remotas, avaliou um técnico. A possível liberação dos recursos tem mais interessados do que opositores.

A mobilização do Congresso para dar vida a emendas canceladas, inclusive às do orçamento secreto, ocorre às vésperas da audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF) em torno das emendas cujo pagamento foi bloqueado pelo ministro Flávio Dino. Está marcada para amanhã.

Há questões pendentes envolvendo emendas também na peça orçamentária de 2025. Relatório da IFI mostra que a Comissão Mista de Orçamento acrescentou R\$ 22,5 bilhões à previsão de receitas. Desses,

R\$ 11,5 bilhões serão entregues a Estados e municípios e os R\$ 11 bilhões restantes foram destinados a emendas de comissão.

"Ocorre que existem despesas vinculadas ao desempenho das receitas, que deveriam ter sido reajustadas, a partir da reestimativa realizada", diz o

relatório. É o caso, por exemplo, dos mínimos constitucionais de gastos em saúde e educação.

Não será fácil fazer todos os ajustes necessários no Orçamento deste ano, mas não é tarefa tida como impossível. A IFI considera que o governo conseguirá cumprir meta fiscal deste ano, dentro da margem de tolerância. A mesma conclusão está em um trabalho elaborado por consultores de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Há, porém, três nuvens escuras no horizonte. Uma é o crescimento da dívida pública, que continuará por causa dos déficits nas contas públicas e da alta nos juros. A outra é o risco de surgirem novas pressões sobre o orçamento a partir do Palácio do Planalto em modo eleição.

Por fim, o Congresso não parece preocupado com o ajuste fiscal. Isso foi demonstrado também na votação do pacote de novembro passado. É problema para este governo e poderá ser também para os próximos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=20§ion=1>

Cenário global elevou tensões, afirma Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o mercado está "muito mais tenso" do que em anos anteriores, por causa de um contexto geopolítico "muito mais desafiador". Em meio ao crescimento das turbulências internacionais, ele defendeu que a "agenda fiscal não pode perder ímpeto" e pediu apoio de agentes políticos às propostas da equipe econômica do governo federal.

"As pessoas [do mercado] estão mais com o dedo no gatilho, esperando uma notícia para agir, se proteger, especular, o que quer que seja, tudo dentro da regra do jogo", disse no evento CEO Conference 2025, promovido pelo BTG Pactual. "Mas hoje a situação é mais tensa."

Haddad atribuiu esse contexto mais desafiador principalmente aos EUA. O ministro, que esteve na semana passada nos Emirados Árabes Unidos, no Qatar e na Arábia Saudita, afirmou por exemplo que o presidente americano, Donald Trump, está pressionando países do Oriente Médio a diminuir o preço do barril do petróleo "meio que na marra".

"Isso vai comprometer crescimento, investimento, uma série de coisas que eles [países do Oriente Médio] tinham planejado até 2030. Eles possivelmente terão que refazer cálculos e tudo mais." Haddad relatou que autoridades de outros países, como México, Colômbia, Chile e China, também têm mostrado para ele preocupação com as incertezas globais. Em outro momento, o ministro lembrou que há "muita

"Turbulências políticas e fricções acontecem, mas o papel dos homens sérios é fazer o país andar" Fernando Haddad

incerteza" ainda a respeito de como o Federal Reserve, o banco central americano, conduzirá a política monetária nos EUA.

Nesse contexto, o titular do Ministério da Fazenda defendeu que a "agenda fiscal não pode perder ímpeto". Ele pediu que quem "não torce para A, B ou C foque no núcleo [da agenda] e ajude a área econômica nas discussões internas e externas com outros Poderes".

"Turbulências políticas e fricções acontecem, mas o papel dos homens sérios é fazer o país andar", disse.

Segundo ele, a convergência dentro do governo federal em relação à agenda defendida pela equipe econômica aumentou desde o começo deste mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Se compararmos com dois anos atrás, vejo muito mais convergência do que divergência com quem está sentado na mesa com o presidente", disse.

O ministro ainda afirmou que não abre "mão de nenhuma" das 25 prioridades da equipe econômica, apresentadas no início deste ano. Entre elas, estão o projeto de lei complementar que termina de regulamentar em termos legais a **reforma tributária** sobre consumo, ao instituir o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e os textos que limitam os chamados "supersalários" do funcionalismo e aumentam a idade mínima de aposentadoria dos militares.

Ainda na frente fiscal, o ministro afirmou que o Brasil não alcançará o grau de investimento concedido pelas agências de classificação de risco "se não mirarmos os números certos do Orçamento". Ele mencionou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) como uma das fontes de despesa que "você não vai conseguir mudar".

"Tem despesa que já está contratada pela Constituição", clisse. "Não adianta inventar. Precisamos ter clareza do que é possível fazer."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=20§ion=1>

Planalto cogita frear exportação, mas recua

Diante da persistente **inflação** de alimentos e da queda da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal discutiu medidas para limitar exportações e conter a alta dos preços do setor agropecuário no curto prazo, mas, depois da repercussão negativa, sinalizou ao setor privado que elas não seriam implementadas.

Iniciativas contra a **inflação** de alimentos foram avaliadas por ministros e Lula em reunião ontem. Houve recuo na sugestão de interferir nas exportações do agronegócio após o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, ameaçar deixar o governo caso a proposta avance.

Segundo o Valor apurou, foram colocadas sobre a mesa a limitação das exportações de produtos agropecuários com a imposição de cotas e a cobrança de **impostos** sobre parte da produção direcionada ao exterior, para manter o mercado interno abastecido e pressionar as cotações da comida para baixo. É avaliada também a redução de tarifas de importação de alguns itens.

No Executivo, a iniciativa foi cunhada de "comércio administrado", mas não houve consenso sobre o assunto. Uma ala considera as medidas "heterodoxas e inter-vencionistas" e cita os setores de carnes e açúcar como preocupações centrais. A avaliação é de que no curto prazo a medida pode trazer algum alívio, mas no médio e longo prazos é um risco econômico.

Outro grupo argumenta que há pouca margem de manobra para o governo responder a uma das maiores preocupações da população, em meio ao aumento do consumo interno e mais interessados em exportar, após o governo abrir uma série de mercados no exterior e o câmbio estar favorável.

Não há confirmação de que escalão participou das discussões iniciais sobre o tema na segunda-feira (24), mas fontes garantem que a ideia poderia ser levada pa-

Ministério da Agricultura ameaça deixar cargo caso proposta avance

ra validação de Lula. A proposta de taxar exportações circula no PT e no governo desde o fim do ano passado, mas não avançou. O tema voltou à tona, com reuniões na Casa Civil, com a alta da **inflação** recente mente.

Ontem, os ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o vice-presidente Geraldo Alckmin, se reuniram com Lula, mas não houve anúncio de medidas. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também participou.

Fávaro avisou o Planalto mais cedo que, se o tema avançar, ele pode deixar o cargo. O ministro e assessores avaliam que a medida é descabida e pode surtir efeitos danosos à economia nacional, a exemplo do que ocorreu na Argentina, com as "retenções", com perda de mercado internacional.

Fávaro vai levar representantes dos produtores de carnes, açúcar, etanol e biodiesel para novas reuniões na Casa Civil nesta quinta-feira (27). O anúncio de medidas para combater a **inflação** de alimentos deve ocorrer somente após o Carnaval.

Pessoas próximas ao ministro afirmam que ele está descontente com a atuação da cúpula do governo e de alas mais radicais do PT em algumas pautas. Também incomoda a posição mais dura desses grupos contra o agronegócio, o que o deixa isolado no Executivo na defesa da agropecuária empresarial. Nos últimos dias, o governo enfrentou desgaste ao precisar editar uma medida provisória para garantir recursos ao Plano Safra.

Um integrante do grupo em que a proposta surgiu disse que essa é "mais uma das eventuais ações" que podem ser tomadas para minimizar o efeito da **inflação**. Segundo fontes, a sugestão teria partido do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com apoio da Casa Civil. A Pasta nega. Uma fonte disse que não há "embasamento legal" e que o tema já foi vetado por Lula. Demais ministérios participantes são contra a medida ou não foram chamados para as discussões.

Procurados, os ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Agricultura, Fazenda e do Desenvolvimento Agrário não comentaram.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188127?page=20§ion=1>

Nordeste sente mais a inflação e empresas já são afetadas

Adriana Mattos De São Paulo

Houve uma piora do ambiente de consumo no Nordeste, com **inflação** acelerando em certas áreas acima do resto do país, e os impactos já atingem as empresas.

Duas das mais tradicionais companhias na região, e entre as maiores de seus setores, grupo Mateus e M. Dias Branco, alertaram para esses efeitos em seus resultados nesta segunda-feira (24) e terça-feira (25). Ambas têm repassado os aumentos recebidos a seus clientes pelo país, e no Nordeste, como forma de proteger rentabilidade.

Pesquisa recente do Datafolha sobre a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrou que no Nordeste, região crucial na sua vitória nas eleições de 2022, a sua taxa de aprovação caiu 16 pontos, para 33% em fevereiro.

Dados do IBGE publicados ontem mostram que, entre dez locais pesquisados (oito regiões metropolitanas e mais duas cidades) o IPCA-15 no primeiro bimestre ficou acima da média em duas áreas no Nordeste e em uma do Norte.

São elas: Salvador (1,64%) e Recife (1,55%) e Belém (1,39%). A **inflação** no país foi de 1,34% de janeiro a fevereiro (prévia do mês).

Ontem, o comando do grupo Mateus, rede de varejo e atacarejo com 272 lojas, disse que a alta nos preços é mais aguda nos Estados do Nordeste, mas entende que foi preciso repassar aumento de preços aos consumidores nos últimos meses, porque teve que tomar a decisão de proteger o lucro.

O presidente do conselho de administração, e um dos principais empresários do país, Ilson Mateus Rodrigues, disse que a companhia "discutiu muito [sobre o tema de **inflação**], mas a empresa tem que escolher batalhas e no fim do dia tem que olhar última linha."

O fato de operar em vários canais e negócios ajuda a rede a ir "equilibrando os pratinhos", disse ele, assim como também há o impacto positivo do maior adensamento das lojas pelo país. A rede opera no varejo e atacado alimentar e no comércio eletrônico, e

com lojas de diferentes tamanhos.

Tulio José de Queiroz, vice-presidente financeiro do grupo, diz que a alta de preços é reflexo, em parte, da valorização do dólar, e está espalhada por várias categorias, como higiene, limpeza e beleza, e não apenas em alimentos, e "com intensidade forte no Nordeste".

Além disso, houve um aumento de ICMS sobre vendas em quase todos os Estados, algo que também encareceu os produtos. "O cliente tem que se ajustar e a renda não acompanha no mesmo tempo, e tomamos a estratégia de ter rentabilidade e conseguimos", afirmou.

Segundo Jesuíno Borges Filho, diretor presidente do grupo, a **inflação** da cesta de bebidas no Nordeste é até três pontos maior do que no resto do país, e o mês de janeiro foi mais fraco em geral, frente ao quarto trimestre, por conta desse cenário macroeconômico mais difícil.

O Mateus cresceu menos no quarto trimestre, para lojas com mais de um ano de operação ("mesmas lojas"), do que os concorrentes Atacadão e Assai, ambos com menor dependência da demanda do Nordeste. A fraca venda em dezembro impactou esse indicador.

Essa venda em "mesmas lojas" subiu 5,9% no Mateus como um todo, e 2,1% só no braço de atacarejo, menos que no Atacadão, do grupo Carrefour, que cresceu 6,3% e do que o Assai, com 4,4% de alta.

As vendas da empresa no quarto trimestre subiram quase 16% para R\$ 8,7 bilhões, mas boa parte desse avanço veio dos reajustes das mercadorias e da alta do ICMS dos Estados ao longo de 2024. A margem bruta cresceu de 22,4% para 23% no mesmo intervalo.

O lucro líquido não subiu de outubro a dezembro frente a 2023, permanecendo em R\$ 388 milhões, pela primeira vez desde que o Mateus abriu capital, em 2020. Alta de **impostos** de 247% pesou no número. Como analistas projetavam até perda de lucro pela pressão do ICMS, o "empate" foi visto como positivo, e a ação fechou o pregão de ontem em alta de 0,59%.

Analistas de bancos entenderam que os números do

trimestre foram sólidos em termos de geração de caixa e margem, mas o ritmo de crescimento da receita desacelerou no quarto trimestre, frente a trimestres anteriores, disse a XPem relatório.

Dona das marcas Adria, Piraquê e Jasmine, a M. Dias Branco, com sede em Eusébio (CE), fechou em janeiro dois centros de distribuição, em Aracaju (SE) e São Luís (MA), para usar a malha logística de outros Estados e cortar custos.

A empresa não informa o número de pessoas demitidas especificamente nessas regiões, e diz que já consegue atender os dois Estados sem precisar dessa base local.

"O dólar judiou muito [...] Tivemos aumentos em todas as categorias, pelos últimos IPCAs, e em biscoito, os maiores aumentos foram no Nordeste, então as empresas estão avançando nos preços", disse na segunda-feira (24) Gustavo Theodozio, vice-presidente de investimentos e controladoria.

Além disso, ainda houve mudanças na malha fabril em janeiro, com a paralisação das operações de biscoitos e massas nas fábricas de Madureira (RJ) e Lençóis Paulistas (SP), e transferência para outras unidades, não especificadas.

"Já que o volume não veio, readequamos a malha. Não fechamos as fábricas, quando o volume voltar, nós reativamos, e até queremos abrir mais fábricas. Mas infelizmente o mercado brasileiro está patinando com alta de **PIB** abaixo de 2%", disse ele.

O grupo encaminhou novas tabelas de preços de produtos no fim do ano passado, que entraram em vigor neste ano, e diz que apesar do recuo no dólar, "a pressão forte [pela moeda ainda alto] continua grande".

Na semana passada, o presidente Lula questionou os aumentos de preços de alimentos, disse que o valor do ovo estava "absurdo" e que iria chamar atacadistas para uma reunião, para questionar esses repasses. A informação foi dada em entrevista a uma rádio.

O Valor entrou em contato com dois empresários de atacarejo e um representante de associação do setor, e até a segunda-feira, não havia contato agendado com a presidência. Além disso, dizem que interlocutores dos setores já encaminharam, em 21 de novembro, propostas diretamente a Lula, em reunião em Brasília, para reduzir as pressões por aumentos, e essa discussão caminha lentamente.

"Dólar judiou muito, com aumentos em todas as categorias, e em biscoitos, houve mais [altas] no

Nordeste" Gustavo Theodozio

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=1§ion=3>

Prévia mostra IPCA de 1,23%

» **RAFAELA GONÇALVES**

A prévia da **inflação** ficou em 1,23% em fevereiro, puxada pela alta da habitação. Segundo os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador veio bem acima da taxa registrada em janeiro, que foi de 0,11%.

Apesar do forte viés altista, o dado ainda veio levemente abaixo do esperado pelo mercado, que projetava uma alta de na casa de 1,30%. De acordo com o IBGE, a prévia de fevereiro é a maior alta do IPCA-15 desde abril de 2022 e o maior avanço para o mês desde 2016. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 4,96%, contra 4,50% acumulados nos 12 meses imediatamente anteriores.

No mês passado, a desaceleração do índice foi motivada pelo Bônus de Itaipu, creditado nas faturas de energia emitidas em janeiro. Neste mês, a energia elétrica residencial voltou a exercer o maior impacto positivo sobre o índice, ao avançar 16,33% em fevereiro.

Dos nove grupos pesquisados, apenas dois apresentaram retração na prévia do mês, mostrando uma alta disseminada nos preços. O grupo de habitação, no qual estão inseridas as contas de luz, registrou avanço de 4,34%.

O grupo foi fortemente afetado pela reversão do Bonus de Itaipu, concedido anualmente, conforme destacou a economista-chefe da CM Capital, Carla Argenta. "O decreto de 2002 e a Lei de 2022, somados, estabelecem que o saldo positivo da conta de comercialização de Energia Elétrica de Itaipu deve ser distribuído como crédito na conta de energia dos consumidores brasileiros. Por se tratar de um desconto pontual, o movimento foi revertido e estatisticamente implicou grande vetor de pressão sobre o indicador", explicou.

Argenta afirmou ainda que outros itens não podem ser descartados, como é o caso do aluguel residencial, "cuja sazonalidade negativa e característica de reajuste dos preços".

O segundo maior impacto veio dos custos com educação, o grupo registrou alta de 4,78%.

A maior contribuição veio dos cursos regulares, por conta dos reajustes habitualmente praticados no início

do ano letivo.

As maiores variações vieram do ensino fundamental, seguido pelo ensino médio e, por fim, o ensino superior.

Aéreas e alimentos A principal surpresa no indicador veio das passagens aéreas, que recuaram 20,42%.

Outro alívio veio do grupo de alimentação e bebidas que registrou mais uma desaceleração em comparação ao mês anterior. A alta foi de 0,61% em fevereiro, ante um avanço de 1,06% no IPCA-15 de fevereiro.

A alimentação no domicílio aumentou 0,63% em fevereiro, abaixo do resultado de janeiro, quando subiu 1,10%. Os preços dos alimentos tiveram alta menor do que o esperado. Carnes vermelhas apresentaram nova desaceleração e alguns itens in natura tiveram deflação, aliviando o grupo.

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/7036/26-02-2025.html?all=1>

Com variação de 1,23%, IPCA-15 é o maior para fevereiro desde 2016

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acelerou e registrou alta de 1,23% em fevereiro, muito acima do 0,11% apurado em janeiro. Apesar de ter ficado abaixo das previsões iniciais do mercado (de alta de 1,37%), a variação da prévia da **inflação** foi a maior desde abril de 2022 (1,73%) e também a maior para um mês de fevereiro desde 2016 (1,42%).

Pelos dados divulgados ontem pelo IBGE, o índice foi puxado principalmente pelo impacto do aumento de 16,33% na conta de luz. Depois, na sequência, aparecem mensalidades escolares (com reajuste de 7,5%) e gasolina (1,71%). A variação acumulada em 12 meses passou de 4,5%, até janeiro, para 4,96% - aumentando ainda mais a distância para a meta de **inflação** (cujo centro é de 3%, com 1,5 ponto percentual de tolerância para mais ou para menos).

O aumento de preços tem preocupado o governo, que vê na **inflação** o principal motivo para a queda da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pressionado, Lula já chegou a dizer que era preciso "educar" o consumidor para boicotar produtos caros. O governo também decidiu adiar o aumento da mistura de biodiesel ao diesel por conta da alta de preços do óleo de soja - matéria-prima para o combustível verde.

Segundo apurou o Esta-dão|Broadcast, em reunião ontem à tarde foi apresentado a Lula um rol de medidas debatidas desde a segunda-feira por equipes técnicas dos ministérios para conter a escalada de preços de alimentos. Entre as medidas em avaliação, estariam a limitação de exportações e, de outro lado, a redução da tarifa de importação de alimentos - que contariam com o apoio da Casa Civil.

A equipe econômica, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) são contrários a qualquer proposta relacionada à limitação de exportações.

A reunião terminou sem pronunciamento dos participantes. Estiveram presentes o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Geraldo Alckmin; o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa; o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro; o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira; o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira;

e o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto.

Para o economista Igor Ca-dilhac, do PicPay, o avanço do IPCA-15 de fevereiro a 1,23% foi um resultado qualitativamente ruim. "As principais métricas seguem próximas de 6% na média dos últimos três meses dessazonalizados e anualizados", detalha ele, em nota. Cadilhac acrescenta que o cenário permanece desafiador do ponto de vista da política monetária.

Já o economista Fabio Ro-mão, da LCA 4intelligence, reduziu sua projeção para a **inflação** final de fevereiro, de 1,34% para 1,27%, após o resultado mais baixo do que esperado do IPCA-15. A estimativa para 2025, porém, segue em 5,6%, porque alguns fatores inflacionários incomodaram nesta leitura.

O economista aponta que em fevereiro do ano passado os bens duráveis registraram alta de 0,21%, enquanto em igual período de 2025 foi de 0,63%.

"Alguns itens apareceram com ritmo de reajuste importante, como aparelhos eletroeletrônicos", destaca Romão, que avalia o avanço como um possível impacto da depreciação cambial. "Entendo que houve uma mudança de tabelas de preços para compensar os efeitos da depreciação do câmbio do fim do ano passado. Isso vai acabar, essa conta vai chegar à pre-cificação principalmente de duráveis e semiduráveis."

VARIAÇÕES. Os preços do grupo Habitação subiram 4,34%, exercendo o maior impacto sobre o índice do período, de 0,63 ponto percentual. A principal pressão do grupo veio da energia elétrica residencial, que em fevereiro não contou com a incorporação do bônus de Itaipu.

Ainda em Habitação, a alta de 0,52% da taxa de água e esgoto decorreu de reajustes de 6,42% nas tarifas em Belo Horizonte e do reajuste de 6,45% nas tarifas de uma das conces-

sionárias em Porto Alegre, vigente desde 1.º de janeiro. Já o item gás encanado viu os preços caírem 0,32% em fevereiro, em função de variações nos preços do Rio de Janeiro, de Curitiba e de São Paulo.

As únicas taxas negativas vieram dos grupos Vestuário (-0,08%) e Comunicação (-0,06%). Em Educação (4,78%), a maior contribuição veio de cursos regulares (5,69%), por conta dos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo. As maiores variações vieram do ensino fundamental (7,50%), do ensino médio (7,26%) e do ensino superior (4,08%).

Os preços do grupo Alimentação e Bebidas subiram 0,61% em fevereiro, após alta de 1,06% registrada em janeiro. O grupo deu uma contribuição positiva de 0,14 ponto porcentual para o IPCA-15.

Entre os componentes do grupo, a alimentação no domicílio teve alta de 0,63% em fevereiro, desacelerando após o avanço de 1,1% no mês anterior. Contribuíram para esse resultado os aumentos da cenoura (17,62%) e do café moído (11,63%). Entre as quedas, destacam-se a batata inglesa (-8,17%), o arroz (-1,49%) e as frutas (-1,18%).

Já os preços da alimentação fora do domicílio subiram 0,56% no período, também desacelerando com relação à alta de 0,93% em janeiro. Tanto a refeição (0,43%) quanto o lanche (0,77%) tiveram variações inferiores às observadas no mês anterior, de 0,96% e 0,98%, respectivamente.

Os preços de Transportes subiram 0,44%, com impacto de 0,09 ponto porcentual no índice do período. Essa alta representa uma desaceleração com relação a janeiro, quando os preços do transporte tiveram alta

de 1,01%. GABRIEL VASCONCELOS, ISADORA DUARTE, GABRIELA JUCÁ e ANNA SCABELLO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Após carne e café, verduras disparam e pressionam a inflação da comida

Depois da carne e do café, o novo foco da **inflação** está nos produtos vendidos em feiras livres. Os preços das verduras, que recuaram na primeira semana de fevereiro em relação ao mesmo período do mês anterior, voltaram a subir com força na segunda e terceira semanas deste mês, saindo da deflação para a **inflação**. Já os ovos continuaram a trajetória de alta.

O aumento nos preços tem relação com o clima. As chuvas pesadas de duas semanas atrás inundaram as lavouras do cinturão verde de São Paulo, provocaram perda na produção e agora estão impactando os preços ao consumidor.

Entre as verduras, a grande vilã é a alface. O preço da hortaliça tinha recuado 8,79% na primeira semana de fevereiro, segundo pesquisa semanal de preços da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), mas subiu 5,95% na semana seguinte e teve alta de 18,48% na terceira semana deste mês.

O brócolis, com altas de 4,33%, 5,93% e 12,78% na primeira, na segunda e na terceira semana de fevereiro, respectivamente, contribuiu para a mudança de cenário. As verduras em geral, que tinham ficado 5,15% mais baratas na primeira semana de fevereiro, registraram alta de 5,7% na segunda e fecharam a terceira com aumento de 12,11%, aponta a Fipe.

O produtor Benedito Tsugushiro Gishifu, de 62 anos, que produz hortaliças em Mo-gi das Cruzes (SP), perdeu 80% da produção de alface, coentro, repolho e espinafre. "De seis hectares plantados, cinco tiveram perda total", diz. O motivo foi a chuva excessiva que atingiu a região 15 dias atrás. "Todo dia chovia à tarde e não tinha sol", conta.

Com isso, as áreas ficaram alagadas e houve proliferação de bactérias e fungos nas verduras. A saída, segundo o produtor, foi incorporar essa verdura ao solo e voltar a plantar.

Se o tempo ajudar, a oferta deve se regularizar em 60 dias, calcula o produtor. Uma caixa com 20 pés de alface que, em épocas normais, saía por R\$ 25, hoje está custando R\$ 60, diz Gishifu, que vende diretamente verduras para os feirantes. É uma alta de 140% em poucas semanas.

Bruno Takahasi, agrônomo do Sindicato Rural de Mogi

das Cruzes (SP), calcula que, em média, as perdas foram de 50% na produção de verduras na região de atuação do sindicato, que reúne cerca de 250 produtores. "Quem não perdeu antecipou a colheita de pés de alface menores e com preços elevados", diz ele, confirmando que as altas de preços passam de 100%.

A região de Mogi das Cruzes responde por cerca de 10% a 15% do abastecimento da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (Ceagesp).

REPIQUE DOS OVOS. No caso dos ovos, as cotações tiveram um repique. Depois de subir 3,08% na primeira semana de fevereiro, aumentaram 11,96% na segunda semana e registraram alta de 24,32% na terceira semana deste mês, segundo pesquisa semanal da Fipe.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) diz, em nota, que "a alta registrada no preço dos ovos é uma situação sazonal, comum ao período pré e durante a quaresma".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O pior da inflação está por vir

O surto inflacionário, que atinge com especial intensidade os alimentos, ainda vai piorar antes de começar a apresentar alguma melhora, trazendo desafios extras para os próximos meses. Essa foi a princi-

pal mensagem do sucessor de Gabriel Galípolo na Diretoria de Política Monetária do Banco Central (BC), Nil-ton David, em recente evento com representantes do mercado financeiro. David assumiu o cargo em janeiro, quando Galípolo passou a presidir o BC.

A preleção do novo diretor do BC não difere dos prognósticos recentes do Comitê de Política Monetária (Co-pom) de que a **inflação** encerrará o primeiro semestre acima do teto da meta e somente a partir daí tenderá a se estabilizar e baixar. David salientou que até o terceiro trimestre de 2026 passará a convergir para a meta. Apesar da previsão ruim, a declaração indica disposição da autoridade monetária de manter a mira voltada à meta de 3% ao ano para o IPCA, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.).

Com 4,56% no acumulado em 12 meses, a taxa continuou a estourar a meta em janeiro, mesmo com queda suave de 0,27 p.p. em relação a dezembro. Como janeiro foi um ponto fora da curva, devido à redução no custo da energia elétrica, as estimativas são de que o índice tenha voltado a subir em fevereiro. Considerando efetivos os discursos recentes de David e Galípolo, e não simples retórica, o BC continuará a subir os juros para frear a **inflação**. A taxa de março está desde dezembro pactuada pelo Copom: 14,25% ao ano, 1 p.p. acima do nível atual, mantidas as circunstâncias observadas no fim de 2024.

Nilton David não deu pistas sobre a reunião de maio, mas será esse o teste decisivo da gestão Galípolo, depois das duas decisões do Copom de certa forma antecipadas em dezembro. Até agora Lula da Silva, que durante dois anos torpedeou o BC sob a gestão de Roberto Campos Neto, tem mantido, ao menos em público, atitude condescendente com seu indicado para o comando do banco. Já disse que não esperava "milagres", que "não é possível dar um cavalo de pau num navio como o Brasil" e que Galípolo precisa de tempo para "consertar os juros".

Não tardará para Lula agir como Lula e retomar a pressão e a "briga eterna", segundo sua própria definição, pela queda de juros mesmo diante da insegurança do cenário macroeconômico e fiscal. Nilton David lembrou, no evento, da defasagem nos

efeitos de uma política monetária contracionista. Pode-se acrescentar, sem receio de errar, que a atuação solitária do BC, sem o respaldo do Executivo no necessário equilíbrio fiscal, torna a missão ainda mais árdua.

O Banco Central tem a perspectiva de controlar a **inflação** até o terceiro trimestre de 2026. É o que o banco chama de "horizonte relevante" para fazer com que a taxa se mantenha abaixo de 4,5%, limite máximo permitido para a meta de 3% ao ano. O diretor do BC afirmou que a política monetária pode estabilizar o IP-CA "ao redor" de 4%. Difícil imaginar que o Planalto acompanhe com paciência o processo. Do mercado vêm sinais de confiança: o último relatório Focus trouxe leve recuo na projeção da Selic, de 15,25% para 15% neste ano, embora a mediana para o IPCA tenha subido pela 9.a semana consecutiva, para 5,65%. Já de Lula, é quase certo que haverá mais pressão.*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prévia da inflação de fevereiro sobe 1,23%

MAYRA CASTRO mayra.castro@oglobo.com.br

A **inflação** medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) foi de 1,23% em fevereiro, uma alta em relação ao 0,11% registrado em janeiro, informou ontem o IBGE. Apesar do aumento, o índice -considerado a prévia da **inflação** oficial, medida pelo IPCA - foi menor do que previam os analistas, que esperavam 1,36%. Ainda assim, é a maior alta desde abril de 2022 e o maior avanço para um mês de fevereiro em nove anos. Os alimentos não deram trégua, mas subiram menos. A maior pressão deste mês foi da conta de luz.

CAFÉ E CENOURA SOBEM

Com o resultado de fevereiro, o IPCA-15 tem uma alta acumulada de 1,34% no ano e de 4,96% em 12 meses.

A **inflação** do grupo Alimentação, que registrou 1,06% no primeiro mês do ano, ficou em 0,61% em fevereiro. O aumento nos preços da comida desacelerou, mas continua em ritmo elevado e acumula alta de 7,12% em 12 meses. Vários itens de consumo geral tiveram altas acentuadas em fevereiro: cenoura (17,62%); café moído (11,63%); pepino (37,02%); peito de frango (4,05%); lagarto (3,9%); banana-maçã (3,7%); tomate (3,24%) e ovo de galinha (2,56%).

Entre as quedas de preços dos alimentos em fevereiro destacam-se batata-inglesa (8,17%); arroz (1,49%) e frutas (1,18%).

A alta dos preços para quem come em lanchonetes, bares e restaurantes também desacelerou. A **inflação** da alimentação fora do domicílio caiu de 0,93% em janeiro para 0,56% em fevereiro.

O maior impacto no IP-CA-15 foi o aumento nas contas de energia elétrica residencial, um avanço de 16,33% em fevereiro após queda de 15,46% em janeiro. Com isso, o grupo Habitação subiu 4,34% no mês. Além do aumento na conta de luz, o subítem Taxas de Água e Esgoto avançou 0,52%, principalmente em decorrência de reajustes de tarifas em Belo Horizonte e Porto Alegre.

No item Transportes, as passagens aéreas chamaram a atenção, com queda de 20,42%. Já os combustíveis subiram 1,88%, com aumentos nos preços do etanol, do óleo diesel e da gasolina, enquanto o gás veicular teve queda.

Entre os grupos pesquisados, Educação teve o maior aumento, de 4,78%, por causa da alta das mensalidades escolares, cujos reajustes são feitos no início do ano letivo.

Por grupos, as únicas quedas foram registradas em Vestuário (0,08%) e Comunicação (0,06%).

O IPCA-15 de fevereiro ficou abaixo das previsões, mas analistas consideram o quadro inflacionário ainda preocupante.

-Apesar de um pouco melhor do que o esperado pela mediana das projeções, continua a mostrar uma dinâmica ruim da **inflação** corrente. É um começo de ano com **inflação** bastante alta -avalia Marianna Costa, economista-chefe da Mirae Asset.

Em relação aos alimentos, ela acredita que pode haver uma desaceleração das altas nos próximos meses:

- O grupo Alimentação tem pressionado bastante neste início de ano e tem sido nossa grande preocupação. Olhando para a frente, agente continua a ver o grupo subindo, mas provavelmente numa magnitude um pouco inferior. Deve sair um pouco dessa pressão sobre carnes, e os preços do próprio café tendem a se estabilizar, porque tiveram altas muito relevantes.

A economista avalia que os efeitos das elevações da taxa básica de juros (Selic) ainda não começaram a aparecer na **inflação**.

Luciano Costa, da Monte Bravo, observa que o IP-CA-15 melhor do que o esperado se deu por causa de fatores como a forte deflação de passagens aéreas e o menor reajuste de educação e alimentação. Ele avalia, no entanto, que "a **inflação** segue disseminada e preocupante, demandando uma postura firme do Banco Central."

JUROS FUTUROS

Ontem, os juros futuros tiveram leve queda após o IP-CA-15. A taxa de depósito interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 caiu de 14,65% a 14,585%. Já para janeiro de 2030, ela passou de 14,54% a 14,49%. O dólar fechou praticamente estável, com leve baixa de 0,04%, a R\$ 5,752. O Ibo-vespa subiu 0,46%, aos 125.980 pontos. (Colaborou Isa Morena Vista)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

BNDES desembolsou R\$ 133,7 bi em 2024, alta de 17%

VINÍCIUS NEDER

Os desembolsos do BNDES para financiamento somaram R\$ 133,7 bilhões em 2024, alta nominal (sem descontar a **inflação**) de 17% frente a 2023. Levando em conta valores atualizados, o desempenho do ano passado foi o melhor desde 2015, quando foram liberados R\$ 136,9 bilhões, em valores de 2023.

As aprovações de novos financiamentos somaram R\$ 212,6 bilhões no ano passado, aumento nominal de 22% ante 2023. Considerando a **inflação**, o avanço foi de 17%. A alta nas aprovações sinaliza a continuidade no aumento dos desembolsos, já que boa parte dos financiamentos do BNDES é de longo prazo.

Em **comunicado**, o banco informou que, diante dos dados, "realizou a maior injeção de crédito" em sua história, com R\$ 276,5 bilhões, incluindo "aprovações e garantias".

A conta é nominal, sem descontar a **inflação**. Em termos reais, 2010 e 2014 foram anos recordes do BNDES. E a conta de "injeção de crédito" considera o Peac, programa de garantias que usa o FGI, fundo garantidor. Nesse programa, quem concede o crédito são os bancos comerciais. O BNDES opera a concessão dos avais, com recursos do FGI, que recebeu aportes do Tesouro.

Segundo o **comunicado**, 2024 "foi o ano em que o BNDES alcançou a maior carteira de crédito desde 2017, no valor de R\$584,8 bilhões".

A diretoria do BNDES comemorou a "recuperação" do tamanho do banco, mas revisou a projeção de crescimento de médio prazo. Quando Aloizio Mercadante assumiu o comando, em 2023, início do terceiro governo Lula, foi colocada a meta de elevar os desembolsos a 2% do **PIB** em 2026. Em 2024, os desembolsos ficaram em 1,1% do **PIB**. Agora, o objetivo é chegar a 1,5% do **PIB** em 2026.

Segundo o diretor de Planejamento e Relações Institucionais, Nelson Barbosa, a economia cresceu mais do que o esperado em 2023 e 2024 - com um **PIB** maior, a estimativa anterior para os desembolsos representa menos em termos percentuais. Além disso, segundo Barbosa, o banco tem aprovado mais financiamentos de longo prazo, ou seja, o desembolso

leva mais tempo. Ainda assim, o diretor usou parte da apresentação dos resultados para refutar a ideia de que há "excessos" no aumento de tamanho do banco.

O gigantismo do BNDES, principalmente a partir da crise financeira de 2008, é um dos pontos criticados na política econômica dos governos passados do PT. Entre 2010 e 2013, os desembolsos passaram os 5% do **PIB** mais de uma vez.

-O novo BNDES é em base sustentáveis -disse Barbosa.

O banco teve lucro líquido de R\$ 26,4 bilhões em 2024, alta de 20,5% ante 2023. Em dezembro, houve pagamento adicional de dividendos à União, de R\$ 13,6 bilhões. O total de repasses do lucro para ajudar nas receitas do governo somou R\$ 29,5 bilhões em 2024, referentes ao lucro de 2023 e anos anteriores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economistas preveem inflação mais alta para a baixa renda

A **inflação** percebida por famílias de baixa renda deve ser maior em 2025 que a do ano passado, prevê a maioria dos economistas consultados pelo Valor. Os especialistas entendem que os gastos com alimentos, que representam cerca de um terço das despesas mensais do mais pobres, devem continuar a pressionar. E não estão descartados outros aumentos de preço em itens importantes no orçamento da baixa renda, como energia elétrica e ônibus urbano.

A alta da **inflação** para a população de renda mais baixa deve ocorrer a despeito de a primeira divulgação deste ano ter mostrado um índice mais contido para esse público, afirmam os economistas.

As faixas de renda mais baixas percebiam preços e produtos mais caros no ano passado, mas em uma intensidade menor que os consumidores com renda mais alta. Em 2024, o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que apura impacto de preços em famílias com ganhos entre 1 e 5 salários mínimos, calculado pelo IBGE, subiu 4,77%. A taxa foi levemente abaixo da **inflação** média do país, apurada pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que engloba famílias com renda de até 40 salários mínimos mensais, também calculada pelo IBGE e que subiu 4,83%. Apesar de ser menos intensa que para as faixas mais altas, a oscilação de preços para os mais pobres foi a maior desde 2022, quando o INPC marcou 5,93%. Em 2023, o INPC foi de 3,71%.

"Houve uma grande pressão dos alimentos ano passado", afirmou Fernando Gonçalves, pesquisador do IBGE e gerente do IPCA.

Ele explicou que o grupo alimentação e bebidas acumulou alta de preços de 7,69%, em 2024 e contribuiu com 1,63 ponto percentual (p.p.) para a taxa anual do IPCA. O grupo Alimentação e Bebidas responde por cerca de 20% do total do indicador.

"Só que no INPC acaba tendo um impacto um pouco maior", completou. No INPC, a **inflação** de Alimentação e Bebidas subiu menos, em 2024, alta de 7,60%. Mas gerou impacto maior na **inflação** de baixa renda apurada pelo indicador, de 1,83 ponto percentual.

Em janeiro deste ano, o INPC mostrou variação nula-

bem diferente da taxa de 0,48%, em dezembro. Isso diminuiu a **inflação** acumulada em 12 meses na ótica do indicador, de 4,77% para 4,17%, de dezembro para janeiro desse ano.

Helena Veronese, economista-chefe da B.Side Investimentos, foi questionada se esse desempenho poderia representar primeiro sinal de alívio na **inflação** entre os mais pobres em 2025. A técnica foi taxativa: "Isso é uma 'fake news'. É o 'bônus de Itaipu' que está impulsionando essa desaceleração".

Em janeiro, a variação na tarifa de energia elétrica teve queda de 14,43%, no INPC. A energia mais barata foi causada por impacto de decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que liberou bônus da usina hidrelétrica de

Itaipu, no valor de R\$ 1,3 bilhão, diretamente como desconto para contas de luz em janeiro. Agora em fevereiro, a queda será revertida com alta ainda maior, como já se viu no IPCA-15 (ver abaixo).

A energia elétrica pesa quase 5% do total do INPC, lembrou Veronese. Portanto, qualquer recuo nesse serviço tem forte impacto na **inflação** percebida pela baixa renda. "O que tivemos foi uma **inflação** baixa, mas artificialmente baixa", frisou ela.

Veronese minimizou a possibili-

"O INPC tem uma chance razoável de ultrapassar o IPCA"

Helena Veronese disse de que a desaceleração de alimentos dentro do INPC de dezembro para janeiro - quando passaram de 1,12% para 0,99% - seja indicativo de alimentos mais baratos na cesta dos mais pobres. Ela lembrou que o setor de alimentação é fortemente influenciado pelo dólar e usou a carne como exemplo.

"A carne tem uma produção interna muito voltada para exportação", recordou. "Se valer mais a pena para o produtor vender lá fora do que aqui dentro, teremos problema de oferta. Então, se tiver novo 'repique para cima' de dólar, é possível que a gente tenha nova rodada de **inflação** de carne", disse.

A técnica não tem projeção numérica para o INPC de

2025. Mas, para o IPCA, a projeção da B.Side Investimentos é de 5,45%, acima de 2024. "E creio que o INPC tem uma chance razoável de ultrapassar o IPCA [na taxa anual]", afirmou.

O Santander também acredita nessa possibilidade e projeta IPCA de 6% e INPC de 6,3% em 2025. "Nossa projeção para o INPC é bem 'puxada'", admitiu Adriano Valla-dão, economista do banco.

Valladão disse que alimentos importantes para a cesta básica dos mais pobres, como carnes e café, devem continuar a subir em 2025. E isso ocorrerá independentemente de a **inflação** média do setor de alimentos e bebidas como um todo, desacelerar, em 2025 ante 2024, pois commodities como carne e café sobem quando a demanda global é alta e o dólar sobe.

Valladão não descarta preços melhores em grãos, com uma possível safra maior este ano. Mas ressalva: ainda não está claro se os grãos sofrerão efeito de tarifas no governo de Donald Trump nos Estados Unidos. Ele não se sabe se isso afetará a demanda por commodities brasileiras.

Outro aspecto de incerteza é se haverá ou não reajustes fortes nos ônibus urbano. No INPC de janeiro, a tarifa de ônibus urbano já subiu 3,85%. O sub-item pesa 2,2% no INPC e 1,1 % no IPCA.

Matheus Filipe dos Santos, economista sênior da Tendências Consultoria, disse que o contexto atual para reajustes em tarifa de ônibus urbano é diferente de 2024. Ano passado, a tarifa de ônibus urbano teve alta de apenas 0,40% devido às eleições municipais, quando as prefeituras evitam reajustes. "Esperamos uma aceleração para 7% [em ônibus urbano] em 2025, justamente por causa desses reajustes em algumas capitais, sobretudo São Paulo e Belo Horizonte", disse Santos, que prevê INPC de 5,3% este ano.

Andréa Ângelo, estrategista de **inflação** da Warren Investimentos, tem projeção igual a da Tendências para o INPC. Ela destacou que, mesmo com possibilidade de desaceleração de Alimentação e Bebidas, isso não significa que itens mais consumidos pelos mais pobres vão baixar de preço. "A cesta de consumo da população pesquisada no INPC, de até 5 salários mínimos, deve sofrer mais com a elevação dos preços dos alimentos."

Cláudio Hamilton Matos dos Santos, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é mais otimista e espera que uma boa safra de grãos e um ritmo menor de consumo segurem a **inflação** para os mais pobres. A estimativa do Ipea para o INPC, veiculada em dezembro, no texto de "Visão Geral da Conjuntura", é

de 4,2% para 2025. No ano passado, o Indicador Ipea de **Inflação** por Faixa de Renda, mostrou que a **inflação** para renda baixa no indicador (entre R\$ 2.105,99 e R\$ 3.158,99 de renda domiciliar mensal) foi de 5,02%, a maior taxa entre todas as categorias pesquisadas pelo instituto.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=20§ion=1>

Abaixo da expectativa, IPCA-15 é o maior em quase 3 anos

A prévia da **inflação** de fevereiro mostra variação de preços menor que a esperada, mas na maior taxa mensal desde abril de 2022. O indicador reflete em boa parte a recomposição das contas de luz, além da sazonalidade do reajuste de mensalidades escolares, e traz algumas boas notícias. Mas a análise qualitativa, considerando os núcleos da **inflação**, revela alta de preços "preocupante" e "desafiadora" para a política monetária, o que mantém, segundo economistas ouvidos pelo Valor, as perspectivas de **inflação** para 2025.

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) - considerado a prévia da **inflação** oficial no país - subiu 1,23% em fevereiro, após alta de 0,11% em janeiro, segundo o IBGE. É a maior taxa mensal do IPCA-15 desde abril de 2022 (1,73%). Para meses de fevereiro, o aumento foi o maior desde 2016 (1,42%). Com o início de fevereiro, o IPCA-15 acumula alta de 4,96% em 12 meses.

A alta de 1,23% em fevereiro ficou abaixo do 1,36% da mediana de 28 projeções de consultorias e instituições financeiras consultados pelo Valor Data.

Quase 70% (67,47%) da alta do IPCA-15 de fevereiro veio dos preços de energia elétrica e do grupo educação. Os preços de energia subiram 16,33% em fevereiro, com

um impacto individual de 0,54 ponto percentual (p.p.) no indicador. A alta vem após queda de 15,46% em janeiro. No índice do mês passado, foi incorporado o bônus de Itaipu, espécie de crédito a partir da conta de comercialização de energia da usina hidrelétrica. Em fevereiro o preço subiu sobre uma base baixa.

No grupo educação, a alta em fevereiro foi de 4,78%, com impacto de 0,29 p.p. no IPCA-15. Fevereiro é, tradicionalmente, mês de alta nos preços dessa despesa, em razão dos reajustes que ocorrem no início do ano letivo.

André Braz, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), diz que há uma notícia "menos ruim na alimentação, que veio com preços não tão salgados quanto se imaginava". Segundo ele, a alimentação pode continuar a dar boas notícias, em razão do câmbio menos depreciado e a expectativa de boa safra em

2025.

A alta em alimentação e bebidas desacelerou de 1,06% em janeiro para 0,61% em fevereiro, segundo o IBGE. Foi a primeira vez desde outubro (0,87%) que a taxa ficou abaixo de 1%.

Em fevereiro, o grupo respondeu por 0,14 ponto percentual no IPCA-15. Em janeiro, esse impacto foi de 0,23 p.p. para um IPCA-15 de 0,11%. A desaceleração também ocorreu nos subgrupos de alimentação no domicílio (de 1,10% em janeiro para 0,63% em fevereiro) e fora do

domicílio (de 0,93% para 0,56%, na mesma ordem).

Dentro da alimentação, destaca Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, as carnes tiveram variação quase zero (0,08%) enquanto o ovo de galinha subiu 2,56%. Mas o item que realmente fez a **inflação** vir abaixo do espera-

do em fevereiro, observa, foi a passagem aérea que, com a deflação de 20,42%, tirou 0,18 p.p. do IPCA-15 de fevereiro. E esse preço, explica, se repete no IPCA cheio.

Com a "surpresa" positiva do agregado do IPCA-15 de fevereiro, a estimativa de Leal para o IPCA cheio passa a ser de 1,25%

em vez da projeção anterior, de 1,35%. A expectativa para o IPCA de 2025 se mantém em 5%.

O economista destaca que na média dos dois primeiros meses do ano, a **inflação** medida pelo IPCA-15 ficou em 0,67%, totalmente incompatível com a média mensal de 0,25% necessária para chegarmos à meta de 3%. A meta de **inflação** perseguida pelo BC é de 3% em 12 meses, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

"Se a **inflação** média mensal caísse pela metade da que foi entre janeiro e fevereiro, mesmo assim a **inflação** em 12 meses ficaria em 4,1%. Por isso, não devemos ver a surpresa deste IPCA-15 como algo que possa mudar a perspectiva para a política monetária", avalia.

"São muitas pressões para cima na **inflação** e isso

fica claro no índice de difusão", diz a economista Marianna de Oliveira, economista da Mirae Asset. Esse índice, que mede a proporção de bens e serviços que tiveram aumento de preços num período, caiu de 68,9% em janeiro para 65,1% em fevereiro, segundo o Valor Data, considerando todos os itens da cesta. Sem alimentos, um dos grupos considerados mais voláteis, o indicador também recuou, de 68,3% para 66,3%. Apesar do recuo, diz Oliveira, o índice de difusão ainda está em nível historicamente alto.

A média dos cinco principais núcleos do IPCA-15 monitorados pelo Banco Central caiu de

0,66% em janeiro para 0,62% em fevereiro, segundo cálculos da MCM Consultores. No IPCA-15 acumulado em 12 meses, a média dos cinco núcleos avançou de 4,42% para 4,48%. Também denominado de **inflação subjacente**, a medida de núcleo procura captar a tendência dos preços, desconsiderando impactos de choques temporários.

Para Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos, o IPCA-15 "continua ruim", com as médias subjacentes, principalmente as de serviços e a média dos núcleos, operando em níveis bastante elevados, "demonstrando continuidade de uma situação inflacionária desafiadora". O economista manteve projeção de IPCA de 1,45% em fevereiro e de 5,91 % para o ano.

Alexandre Maluf, economista da XP, destaca que, considerando sempre a média móvel anualizada sazonalmente de três meses, os núcleos de **inflação** seguem preocupantes. A média dos núcleos subiu de 5,5% para 5,6%, e o núcleo sensível à atividade [ex-3 do Banco Central, que mescla indústria e serviços subjacentes] está em 6,5%, "em trajetória ascendente", aponta. "Isso sinaliza pressões persistentes, mesmo com a surpresa baixista de fevereiro." A XP revisou provisoriamente o IPCA de fevereiro para 1,34%, ante 1,38% na estimativa anterior. A estimativa de IPCA para 2025 se mantém em 6,1%.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=20§ion=1>

Impacto no PIB é de até 0,2 ponto percentual

Economistas estimam que a liberação de recursos do FGTS pode ter impacto de 0,1 a 0,2 ponto percentual (p.p.) no Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2025. "Daria um "bump" [elevação] de 0,2% do **PIB** este ano, grosso modo", diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos.

O Santander calcula que liberação dos recursos elevaria o crescimento da massa salarial real expandida em 0,2 a 0,3 p.p. em 2025. A projeção atual do banco é de alta real de 4,3%, ante 2024. Como consequência, o potencial é de aumento de 0,2 a 0,3 p.p. para o consumo no **PIB**, o que significaria um acréscimo de 0,1 p.p. no crescimento do **PIB** total em 2025. Atualmente, a projeção do Santander é está em 1,8%.

"Há algumas incertezas sobre o impacto final, a depender do volume, valor usado no consumo e calendário. No cenário com maior impacto e maior uso dos recursos, podemos ver até 0,2 p.p. no **PIB**. No entanto, caso a liberação seja menor, o efeito pode ser mais diluído e menor", diz Ítalo Franca, economista do Santander.

Ainda que o impacto da medida sobre o **PIB** não seja tão grande, ela vai no sentido contrário da desaceleração da economia esperada por analistas e pelo Banco Central para a convergência da **inflação** à meta.

"Fica essa dúvida se o governo vai aceitar a desaceleração da economia que deve acontecer com juro tão alto, ou não, o governo vai colocar novos programas que vão fazer com que a política fiscal trabalhe contra a política monetária? Hoje, a gente não consegue responder de forma tão clara essa pergunta, mas o que a gente está escutando toda semana são anúncios de programas novos", afirmou Mansueto Almeida, econo-mista-chefe do BTG Pactual, durante evento do banco.

Ele mencionou também a criação do consignado privado, que até é uma medida estrutural boa, disse, mas cujo momento de anúncio não parece o mais adequado. "Estamos aumentando o juro para desacelerar o consumo, a demanda, e o governo está fazendo nova linha de crédito."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188127?page=20§ion=1>

Confiança do consumidor nos EUA tem maior queda desde 2021

A confiança do consumidor dos Estados Unidos despencou em fevereiro, a maior queda mensal em mais de quatro anos, segundo relatório do grupo de pesquisa empresarial The Conference Board divulgado ontem. O resultado foi provocado por uma **inflação** que não dá sinais de mudança e a visão de um número cada vez maior de americanos de que uma guerra comercial sob o governo do presidente Donald Trump é inevitável.

O Conference Board anunciou que seu índice de confiança do consumidor caiu de 105,3 em janeiro para 98,3 este mês. Esse número está muito abaixo das expectativas dos economistas, que projetavam um resultado de 103, de acordo com uma pesquisa de opinião elaborada pela FactSet.

A queda de sete pontos na confiança do americano é a maior diferença para baixo de um mês para outro desde agosto de 2021.

Wall Street registrou um impacto imediato após as divulgações do resultado. O índice S P 500 caiu 0,6% no pregão do meio-dia, enquanto o Dow Jones Industrial Average ficou estável. A Nasdaq teve queda de 1,1%.

Segundo o Conference Board, os entrevistados da pesquisa manifestaram preocupação a respeito da **inflação** e houve um aumento expressivo das menções ao comércio e a tarifas do novo governo.

"As citações à **inflação** e aos preços em geral continuam a figurar entre as principais preocupações nas respostas espontâneas", disse Stephanie Guichard, economista sênior de indicadores globais do The Conference Board, em **comunicado**. "Mais notavelmente, os comentários sobre o atual governo dominaram as respostas."

O relatório de ontem do Conference Board informou que o índice que mede as expectativas de curto

prazo dos para renda, empresas e mercado de trabalho caiu 9,3 pontos, para 72,9. O grupo considera que um resultado abaixo de 80 pode ser início de uma possível recessão em um futuro próximo.

A proporção de consumidores que esperam uma recessão no ano que vem saltou para o maior nível

dos últimos nove meses, de acordo com o Conference Board.

A avaliação dos consumidores sobre as condições atuais da economia americana despencou 3,4 pontos neste mês, para 136,5, e a visão sobre as condições do mercado de trabalho voltaram a cair.

"A avaliação sobre as condições atuais do mercado de trabalho enfraqueceu", disse ontem o grupo. "Os consumidores estão pessimistas a respeito das condições dos negócios e menos otimistas sobre a renda no futuro. O pessimismo sobre as perspectivas futuras de emprego piorou e atingiu a maior alta dos últimos dez meses."

No período final de 2024, os consumidores pareciam cada vez mais confiantes e fizeram gastos substanciais durante a temporada das festas. Mas em janeiro as vendas de varejo nos EUA tiveram queda drástica, sendo que a redução nas vendas de veículos e no movimento nas lojas de varejo foi atribuída em parte ao clima frio.

O Departamento de Comércio informou na semana passada que as vendas no varejo caíram 0,9% no mês passado, em comparação com dezembro. A baixa, a maior em um ano, aconteceu depois de dois meses de fortes altas.

Algumas empresas começaram a perceber essa mudança.

"O consumidor, neste momento, está confuso", disse Scott Baxter, CEO da Kontoor Brands, fabricante das marcas de jeans Lee e Wrangler. "Eles estão preocupados com os setores em que atuam. Será que esses serão impactados por algumas demissões, pelas tarifas, pela situação econômica atual?"

A **inflação** também continuou persistente. Tanto que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) adotou uma abordagem mais cautelosa em relação às taxas de juro e não mexeu na taxa de referência para empréstimos na sua última reunião, depois de cortá-la nas três reuniões anteriores. Autoridades do Fed também manifestaram incerteza a respeito das políticas do novo governo Trump.

Para especialistas, os dados econômicos mais

recentes e a virada pessimista entre as famílias americanas não são um bom presságio para a economia dos EUA.

Em uma nota aos clientes, Carl Weinberg, economista-chefe da High Frequency Economics, escreveu: "Com base em todos os indicadores que mostram um declínio na confiança e no sentimento do consumidor e das empresas, nossa expectativa é de uma economia em desaceleração."

Os gastos do consumidor respondem por cerca de dois terços da atividade econômica dos EUA e são acompanhados com atenção pelos economistas em busca de sinais sobre como o consumidor americano se sente.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=20§ion=1>

Com expurgo de militares, Trump põe os EUA na rota de uma autocracia

Se fosse para resumir o plano do Partido Democrata em uma única linha, seria: "Esperar até as eleições legislativas". A confiança de que a economia sob o presidente Donald Trump vai desandar já é respaldada por dados. As expectativas de **inflação** estão aumentando, a confiança do consumidor está caindo e os eleitores começam a se incomodar com os cortes de empregos públicos. Some isso ao impacto crescente das guerras comerciais de Trump e uma derrota nas eleições de legislativas de 2026 parece plausível.

Mas apostar no fracasso de Trump ignora o que o levou até lá. Quanto pior as coisas ficam para ele na política como ela é praticada, mais provável é que ele rasgue o manual. O ex-vice-presidente Dick Cheney tinha uma regra: se houver 1% de risco de algo acontecer, é preciso agir como se isso fosse inevitável. Cheney se referia aos terroristas após os ataques do 11 de Setembro usando armas de destruição em massa. O risco de Trump levar os EUA à autocracia parece mais próximo dos 50%.

Quanto mais precária for sua situação, mais pontes ele queimará. Há pouco mais de seis anos, eu considerei Trump não um fascista porque lhe faltava uma característica importante - um plano para tomar o controle dos chamados ministérios do poder. Com desculpas pela autocitação (o que prometo não repetir), este foi o meu veredito: "A primeira coisa que os aspirantes a totalitários fazem é promover um expurgo nas forças armadas. Aliados de confiança precisam ser instalados. Trump nem está tentando fazer isso".

Desta vez, porém, Trump começou exatamente com esse plano. Em um mês, ele decapitou cada um dos órgãos repressivos do Estado e colocou aliados no lugar. Na sexta-feira, ele expurgou os escalões mais altos do Pentágono. Com a demissão, pelas redes sociais, de CQ Brown, o chefe do Estado-Maior Conjunto, e Lisa Franchetti, chefe de operações navais, ele se livrou do mais destacado afro-americano e da mulher de mais alta patente nas forças armadas. Isso se alinha com a guerra do novo secretário de Defesa, Pete Hegseth, contra as ações DEI (Diversidade, Equidade, Inclusão). Hegseth chegou a insinuar que Brown havia sido nomeado por causa da ação afirmativa.

Mais grave é o que Trump acredita que seu escolhido como novo chefe militar dos EUA, Dan Caine, está preparado para fazer por ele. "Eu amo o senhor. Acho o senhor incrível. Eu mataria por você, senhor": isso é o que Trump afirma que Caine lhe disse quando eles se conheceram. Da outra vez, Trump tentou colocar tropas nas ruas para atirar em manifestantes e imigrantes que cruzavam a fronteira. Mas ele não colocou capangas no controle para preparar o terreno e assim fracassou. "Eu não levaria is-

Em um mês, ele decapitou os órgãos repressivos do Estado e colocou aliados no lugar so ao pé da letra", disse Bill Barr, ex-secretário de Justiça de Trump. "No fim das contas, aquilo não seria posto em prática e era possível fazê-lo ouvir a voz da razão."

Desta vez, Trump tem facilitado-res em cargos-chave. Na sexta-feira ele também demitiu os chefes da assessoria jurídica da Marinha, Exército e Força Aérea - que orientam os líderes militares sobre o que é legal e o que não é. Kash Patel e Dan Bongino, seus novos chefe e vice-chefe do FBI, estão no comando porque prometeram obediência inquestionável a Trump. "A única coisa que importa é o poder", disse Bongino, que, assim como Hegseth, é um ex-âncora da Fox News. "Temos um sistema de pesos e contrapesos? Ha ha, essa é boa." Os ataques verbais também estão mais intensos desta vez. Como diz o ditado, quem consegue fazer você acreditar em absurdos, pode fazer você cometer atrocidades. Elon Musk, o alter ego de Trump, pediu o impeachment de juizes e a prisão de jornalistas. Os líderes indultados da invasão ao Congresso em 6 de janeiro de 2021, agora têm liberdade para atuar como tropa de choque de Trump. Como disse o cientista político Larry Diamond: "O medo agora ronda o país".

Poucos estão preparados para arriscar seus empregos ou enfrentar o escrutínio regulatório. Senadores republicanos hesitantes são pressionados pelas aparentes ameaças de Musk de gastar milhões de dólares para tirá-los do cargo. Aqueles que conhecem os piores instintos de Trump, como Barr, ainda o apoiam. Mas gente nova também está no poder. Quando as coisas derem errado, Trump será tentado a cruzar o ponto sem volta.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=2>

0§ion=1

Governo arrisca ao apostar no crédito para recuperar prestígio

O crédito parece ser uma das novas armas do governo Lula para recuperar a popularidade. Mas é também um terreno pantanoso, e se choca com o esforço do Banco Central (BC) de conter a **inflação**, ao enfraquecer a política monetária, obrigando ao aumento maior dos juros. O presidente prometeu anunciar em breve "a maior política de crédito já feita neste país, e nós vamos fazer porque queremos que este país cresça". Apenas adiantou que serão medidas para o "pequeno empreendedor, o médio empreendedor e o pequeno empresário" - segmentos em que tem notória avaliação negativa.

Antes disso, se esforçou para viabilizar o consignado para trabalhadores com carteira assinada. Para isso, teve que abrir mão de dois pontos caros aos petistas e que são bastante criticados pelo mercado e pela população alvo da medida. Um deles foi evitar fixar uma taxa máxima de juros para a operação. Além disso, teve que manter o **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), que caiu no gosto das pessoas.

Empregados domésticos e trabalhadores autônomos poderão se candidatar ao novo consignado do setor privado porque a contratação ocorrerá por intermédio do e-Social, o que ampliou a base de potenciais beneficiados. No novo modelo, caberá ao trabalhador contratar a operação. No formato atual, é preciso que uma empresa se articule com um banco para oferecer o empréstimo com desconto em folha para seus funcionários. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aposta que o novo consignado privado oferecerá recursos a taxas cerca de 50% inferiores às de um empréstimo comum.

Para as micro e pequenas empresas, há pelo menos uma nova alternativa de crédito em discussão, como antecipou o Valor (3/1). A ideia é que o empreendedor possa tomar o empréstimo oferecendo como garantia aquilo que vai receber em pagamentos via Pix. As parcelas dos empréstimos serão descontadas do fluxo. Questões tecnológicas dificultam, porém, executar essa ideia no curto prazo.

O governo vai precisar atrair o setor financeiro para implantar esses projetos, dadas as limitações orçamentárias, como ficou comprovado no caso do Plano Safra. O Tesouro suspendeu, desde sexta-feira, as concessões dos financiamentos agrícolas

subvencionados no Plano Safra 2024/25, porque o Projeto de Lei Orçamentária de 2025 não foi ainda votado pelo Congresso. Linhas de custeio e de investimentos foram afetadas.

Não há recursos disponíveis para bancar a equalização das taxas prevista no Plano. Quando ele foi anunciado, a Selic estava em 10,5%, e hoje subiu para 13,25%, com perspectiva de novas altas e impacto nas despesas do governo com os financiamentos subsidiados. Estima-se que cerca de R\$25 bilhões a R\$ 50 bilhões em recursos subsidiados ficaram bloqueados com a decisão. Continuam liberados recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Quem fez as contas da variação da Selic já esperava a interrupção dos financiamentos. Nem por isso deixa de causar barulho e mal-estar. A suspensão chega em um momento em que a segunda safra de milho está sendo plantada, a colheita da soja está em curso e a de arroz está começando. Em outras culturas, como o café, é época de produtores fazerem alguns manejos no cultivo. A suspensão afeta um setor não muito amistoso com o governo, o agro negócio, com o qual se conta para sustentar a economia neste ano e para reverter a **inflação** dos alimentos.

Diante desse estrago, o governo correu para providenciar uma medida provisória para liberar R\$ 4 bilhões em crédito extraordinário para a equalização, valor que, segundo Haddad, está sujeito aos limites do arcabouço fiscal. No entanto, o mercado calcula que serão necessários R\$ 5 bilhões extras no Orçamento deste ano para a subvenção do Plano Safra, o que significa mais problemas à frente. Originalmente, o governo previu ao redor de R\$ 14 bilhões para a equalização dos juros neste ano, que claramente serão insuficientes.

Os bancos privados estão mais cautelosos e dificilmente entrarão na onda do governo em relação aos empréstimos. As grandes instituições acabam de divulgar bons resultados em 2024, impulsionados pelo crédito. As previsões para este ano são, porém, mais modestas diante da cautela inspirada pelas piores das previsões para o cenário econômico e o receio de aumento da inadimplência.

Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil

(BB) tiveram um lucro combinado de R\$ 112,7 bilhões em 2024, com aumento de 16,4% na comparação com o ano anterior. Os quatro fecharam o ano com carteira ampliada e crédito combinado de R\$4,3 trilhões, que cresceu 13%. Mas as previsões para este ano são menores. Pesquisa da Febraban fala em crescimento pela metade, de 8,5%. Grandes bancos preveem expansão ainda menor, ao redor de 6,5%.

A aposta do governo no crédito também se choca com a política monetária, em que o BC tem de colocar taxas de juros muito altas para conter a **inflação**. O estímulo à tomada de empréstimos, nesse contexto, pode empurrar pessoas e empresas para maior endividamento a custos elevados. Há dúvidas se as medidas em estudo vão, de fato, reduzir as taxas.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Governo arrisca ao apostar no crédito para recuperar prestígio

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=20§ion=1>

Razões para a desaprovação do governo

A aprovação do governo Lula na pesquisa da Datafolha alcançou 24% em fevereiro de 2025, o nível mais baixo dos seus três mandatos. Após se manter relativamente estável em 2023 e 2024, a aprovação recuou 11 pontos percentuais (pp) frente à pesquisa de dezembro, com diminuição de 14 pp entre os que têm mais de 60 anos, 15 pp entre aqueles com menor escolaridade, 15 pp nos eleitores com renda inferior a dois salários-mínimos e 20 pp nos que votaram em Lula no segundo turno.

Apesar de não ser possível apontar com precisão as causas da abrupta queda da aprovação do governo no início de 2025, vários fatores ampliaram a insatisfação da sociedade nos últimos dois anos:

Alta dos preços de bens e serviços, em particular de alimentos: o declínio da aprovação vai de encontro ao aumento do salário em termos reais desde 2023, ainda mais em um ambiente de forte melhoria das condições do mercado de trabalho e de expressivo crescimento. Não obstante, a popularidade entre a população mais pobre pode ter sido afetada negativamente pelo impacto da elevada **inflação** de alimentos, uma vez que esse público destina parte considerável da sua renda para alimentação. Mesmo com o seu declínio gradual, a alta **inflação** acumulada nos últimos anos em diversos países, inclusive no Brasil, tem sido umas das críticas mais contundentes contra os seus governantes, contribuindo para as derrotas eleitorais de alguns deles.

Novos programas de governo não avançaram: a conexão dos pobres com Lula advém do seu discurso historicamente favorável a esse segmento, sobretudo após o Bolsa Família. Como esse programa atrai cada vez menos votos para Lula, pois todos os grupos políticos defendem sua preservação, parte da queda da aprovação do governo pode se dever à ausência de novas iniciativas a favor dos pobres. Projetos como os Programas Pé de Meia e Mais Acesso a Especialistas, bem como a ampliação do Farmácia Popular e os estímulos à expansão do crédito consignado, têm tido impacto limitado na popularidade devido à demora nas suas implementações.

Sociedade mais conservadora: o perfil cada vez mais conservador da população pode explicar a maior desaprovação de um governo de partidos com agenda mais liberal, como o direito de aborto e a defesa de vantagens para as minorias. A florescente representatividade de evangélicos no Congresso reforça essa agenda e as críticas ao governo.

Oposição às equivocadas propostas da esquerda: a progressiva valorização do empreendedorismo pode estar aumentando o ceticismo dos brasileiros sobre o desejo do presidente de uma maior participação do Estado na economia. Do mesmo modo, a contrariedade de Lula com sua falta de influência em empresas que outrora tiveram controle estatal amplifica o receio de recrudescimento dos malfeitos envolvendo o setor público.

Corrupção mais perceptível: a maior insatisfação pode refletir a sensação de aumento da corrupção na atual gestão. A defesa do presidente a favor da presença de políticos e de seus indicados nas estatais reforça esse sentimento em um contexto de recorrentes notícias de malversação de recursos públicos.

Captura do setor público: a ampliação das renúncias tributárias e dos benefícios a grupos privilegiados, como o pagamento para a elite do funcionalismo público de salários muito além do teto constitucional, tem sido muito explorada na imprensa e nas redes sociais, o que amplia a revolta da população contra os privilégios excessivos concedidos pelo setor público.

Mau uso do dinheiro público: o maior número de ações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Polícia Federal contra o desvio de verbas públicas pode estar reforçando a insatisfação com os malfeitos e a má utilização de recursos escassos.

Perda de apoio entre eleitores do presidente em 2022: parte dos votos de Lula veio de eleitores contrários às propostas da esquerda, mas que votaram na sua candidatura por aversão ao risco de eventos não democráticos. Terminada a eleição, a insatisfação desse grupo ressurgiu de imediato.

Maior endividamento público: embora entenda os seus próprios privilégios como direitos, parte da população começa a responsabilizar o governo pelos gastos disseminados que tornam as contas públicas deficitárias e geram impactos negativos sobre a **inflação** e o crescimento.

Comunicação deficiente: as falhas no diálogo com a sociedade têm gerado desgastantes desmentidos do governo, facilitando as críticas de uma oposição mais ágil e acostumada às mídias sociais. Essa situação é recorrente, como na crise do Pix, quando a Receita publicou medida para obter mais informações sobre as transferências. A divulgação de que o objetivo da

medida era o de aumentar a tributação dos mais pobres ampliou a insatisfação, exigindo que um atordado governo desistisse da proposta.

Falta de preparo em entrevistas: o imprevisto de Lula nas suas manifestações cria embaraços, desgastando a imagem do governo. Exemplos como as críticas aos intermediários do setor de petróleo e os discursos de estar melhor hoje aos 79 do que 30 anos atrás são vistos como enganosos.

Menor presença do presidente na mídia e em viagens domésticas: a posse na Secretaria de Comunicação do responsável pelo marketing da campanha de Lula em 2022 trouxe a orientação para o presidente assumir maior prota-gonismo na mídia e viajar mais pelo país para reverter o declínio da sua popularidade. A antecipação prematura da campanha eleitoral é, porém, um fator negativo.

Mesmo que a reversão da queda da aprovação do governo Lula não seja trivial, é presunção assumir que a chance de reeleição do presidente seja reduzida. O escândalo do Mensalão em 2004- quando a oposição e muitos membros do governo davam como certa a derrota de Lula nas eleições seguintes - ensinou que é prematura a crença de que a forte queda da popularidade no meio do mandato impede a reeleição. Assim como em 2004, conjecturas dessa natureza são equivocadas, até porque, faltando 20 meses para a eleição de 2026, não surgirá nome aglutinador na direita enquanto o ex-presidente Jair Bolsonaro disser que é candidato.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=20§ion=1>

BNDES tem lucro de R\$ 26,4 bilhões em 2024, alta de 20,5% sobre 2023

Paula Martini, Victoria Netto e Lucas Feitoza Do Rio

Os dividendos de cerca de R\$ 10,4 bilhões pagos por Petro-bras e JBS aliados à recuperação de crédito foram as principais alavancas para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fechasse 2024 com lucro líquido de R\$ 26,4 bilhões, um alta de 20,5% ante o ano anterior. Os números foram divulgados ontem na sede do BNDES, no Rio.

Apesar dos resultados, a diretoria não informou quanto deve repassar em dividendos para a União este ano.

"O BNDES tem tido, ao longo dos últimos anos, números importantes relativos a recuperação de crédito que compõem o seu balanço", afirmou o diretor financeiro e de mercado de capitais do BNDES, Alexandre Abreu.

O banco de fomento também reportou desembolsos de R\$ 133,7 bilhões em 2024, alta de 17% em comparação com 2023. As aprovações somaram R\$ 212 bilhões no ano passado, um aumento de 22% ante o ano anterior.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse que a instituição mantém as previsões de crescimento em 2025 mesmo com a alta na taxa básica de juros, a Selic: "Quando você tem um aumento forte da taxa Selic, tem impacto no nível de atividade e no crédito. Mas qual é o ritmo? Quais são os setores que vão ser mais impactados? Tudo isso é um processo que está em aberto."

As aprovações para a indústria somaram R\$ 52,4 bilhões no ano passado, um crescimento de 65% ante 2023 e de 132% em relação a 2022. "Pela primeira vez desde 2017, o crédito para indústria superou os créditos para o agronegócio", disse Abreu.

A diretoria ressaltou que a atual gestão "recuperou o tamanho" do BNDES, mas rebateu críticas sobre "excessos" na atuação da instituição. A expansão dos bancos públicos em governos anteriores do PT foi alvo de críticas por agentes econômicos e do mercado financeiro. Entre 2009 e 2014, os desembolsos do BNDES, por exemplo, chegaram a 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O diretor de planejamento e relações institucionais, Nelson Barbosa, acrescentou que o BNDES opera em "bases sustentáveis" e está no "tamanho usual" que tinha antes de 2008, quando iniciou a trajetória de alta dos financiamentos. Os desembolsos estão atualmente em 1,1% em relação ao **PIB**, de acordo com a instituição.

"Qualquer comparação com 2014 é totalmente infundada", disse Barbosa. Naquele ano, o BNDES desembolsou cerca de 3% do **PIB**.

O ex-ministro da Fazenda também disse que a instituição representou apenas 1,4% do fluxo de crédito na economia em 2024 e, portanto, não influencia o ciclo monetário do país. "Dizer que 1,4% afeta política monetária é dizer que rabo abana o cachorro", rebateu.

Nesta terça, o BNDES informou ainda ter revisto a meta do terceiro governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de elevar os desembolsos a 2% do **PIB** até 2026. A marca foi revisada para 1,8% do **PIB** até o ano que vem.

Segundo Barbosa, a atualização foi necessária por dois motivos. O primeiro foi o crescimento da economia brasileira acima do esperado em 2023, o que deve se repetir em 2024. Outro fator foi a prioridade dada a operações de longo prazo pelo banco de desenvolvimento. Nesses casos, explicou, existe um intervalo maior entre a aprovação do crédito e a liberação dos recursos.

O diretor de planejamento destacou ainda que 61% das aprovações e 68% dos desembolsos do banco em 2024 foram feitos a taxas de mercado. As aprovações com taxas subsidiadas, porém, chegaram a 38,4% no

ano passado. As principais contribuições foram Plano Safra; Fundo Emergencial para o Rio Grande do Sul; Fundo Clima e Plano Mais Inovação, que opera com a taxa referencial (TR).

A diretoria evitou cravar quando fará o próximo pagamento de dividendos à União. No ano passado, o banco de fomento transferiu R\$ 29,5 bilhões em dividendos para o Tesouro, referente ao lucro de 2023 e de anos anteriores.

"Depende muito de como vai evoluir a economia e nossas aprovações e desembolso. Quanto mais forte estiver o banco, mais contribuição nós poderemos dar", afirmou Mercadante.

"O mínimo obrigatório [de repasses] é 25% [do lucro], mas acho que vai ser um pouco superior a isso", completou Abreu.

Mercadante também destacou que a carteira de participações societárias do BNDES valorizou R\$ 19,3 bilhões desde 2022, mas não destacou a venda de ações. "Foi uma decisão acertada [o banco] não ter se desfeito da carteira. Não quer dizer que não podemos vender ações no futuro, pretendemos inclusive vender", disse.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=1§ion=3)**

Lula demite Nísia Trindade após semanas de fritura e desloca Padilha para a Saúde

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitiu na terça-feira a ministra da Saúde, Nísia Trindade, após um longo processo de desgaste e semanas de fritura pública, com rumores dentro do governo sobre sua saída da Esplanada. Para o lugar de Nísia, Lula escolheu Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais e que já havia sido titular da Saúde no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Ele assume o cargo em 6 de março.

Embora já há muito esperada, a demissão de Nísia ocorreu de maneira atípica. Lula conversou a sós com ela em seu gabinete, fora da agenda oficial. Horas antes, os dois haviam participado de um evento no Palácio do Planalto em que a ministra anunciou convênio para a produção da primeira vacina nacional contra a dengue.

Diante de uma platéia lotada por dezenas de servidores, Nísia foi ovacionada ao subir ao palco de autoridades, onde estavam também outros dois candidatos perder o emprego: os ministros Márcio Macêdo (Secretaria-Geral) e Luciana Santos (Ciência e Tecnologia). Os nomes de ambos são sempre citados nas apostas de uma **reforma ministerial** que Lula deve realizar nos próximos dias ou semanas a fim de promover um rear-ranjo no governo e abrir mais espaço para o Centrão na Esplanada.

Segundo relatos, Lula não havia nem sequer mencionado à ministra a possibilidade de demiti-la.

Nísia tomava ciência de que estava na berlinda por meio de terceiros ou da imprensa. O mesmo ocorreu em relação a Padilha. Ainda que o ministro desse como certa sua ida para a Saúde, ele não havia até então se sentado com o presidente para tratar do assunto. A conversa ocorreu em outra reunião fora da agenda de Lula, no meio da tarde, com Nísia já demitida.

Após a confirmação, Padilha manifestou-se nas redes sociais.

"Como médico infectologista, professor e pesquisador do SUS e ex-ministro da Saúde, sei do desafio que isso representa, sendo o Brasil o único país do mundo com população maior que 100 milhões de habitantes com um sistema de saúde público, gratuito e universal", escreveu. "Fortalecer o SUS continuará

sendo a nossa grande causa, com atenção especial para a redução do tempo de espera de quem busca cuidado na rede de saúde. Esse é o comando que recebi do presidente Lula e ao qual vou me dedicar integralmente."

Lula vinha há tempos demonstrando insatisfação com o trabalho de Nísia. No ano passado, a mi-

nistra sofreu forte desgaste por conta da crise dos hospitais federais do Rio e da explosão dos casos de dengue no país. Neste ano, o presidente se irritou com a demora no lançamento do programa Mais Acesso a Especialistas.

A saída de Padilha da SRI abre disputa pelo ministério, responsável pela articulação política do governo e que maneja o fluxo de liberação emendas parlamentares.

A pasta é cobiçada pelo Centrão, e o nome do ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos) foi cogitado para ocupá-la. Segundo um interlocutor do ministro, ele chegou a ser sondado por emissários de Lula para assumir a cadeira de Padilha. Mas tanto ele quanto seu partido demonstraram preferência por continuar no atual posto.

Os favoritos para substituir Padilha são o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e a presidente nacional do PT, a também deputada Gleisi Hoffmann (SP). Isso porque Lula resiste a nomear um político de fora do partido para o Planalto, a não ser que seja alguém de sua confiança.

Lula já decidiu que Gleisi Hoffmann será ministra, mas ainda não definiu a pasta. Ela já foi cotada para assumir a Secretaria-Geral, caso Lula afastasse Macêdo. Mas seu nome, agora, tem sido lembrado para a cadeira de Padilha. Além da confiança de Lula, desde quando ela liderou a campanha "Lula livre!" pelo país, a dirigente petista chegará ao ministério também para compensar a demissão de mais uma mulher do primeiro escalão.

Em paralelo, há torcida de lideranças do Centrão e de alas do PT para que Lula nomeie José Guimarães para a SRI. Com amplo trânsito na Câmara dos Deputados entre as principais bancadas, até mesmo

entre quadros do PL, Guimarães é o principal interlocutor do governo com o Centrão. Procurados pelo Valor, Gleisi e Guimarães não responderam.

Na Câmara, a reação à demissão de Nísia foi imediata. Do lado dos governistas, parlamentares lamentavam a saída da ministra, mas elogiavam a gestão da agora ex-auxiliar de Lula. Entre os deputados da oposição, sobravam críticas e diagnósticos de que ela foi descartada por incompetência.

Nos bastidores, deputados do Centrão ironizavam a migração de Padilha para o lugar de Nísia, lembrando que o ministro já era alvo de cobranças e críticas em sua função como articulador político do governo no Congresso.

Fontes ouvidas pelo Valor destacam que havia insatisfação com Padilha na SRI pelo não cumprimento de acordos, incluindo em temas relacionados a emendas. E avaliam que Lula, preocupado em melhorar o ambiente político, erra ao escalá-lo para um ministério com grande Orçamento e que concentra ampla fatia das emendas.

Uma ala mais indignada com a dança das cadeiras - irritação sustentada, em parte, por ainda não ter sinais de como será contemplada - alerta que a "promoção" de Padilha é mais um indicativo de que o presidente parece trabalhar para criar obstáculos para sua tentativa de se reeleger, em 2026.

Para lideranças do Centrão, o descontentamento da migração de Padilha para a Saúde pode ser compensado caso o mandatário escale um nome que tenha bom trânsito no Congresso para a SRI. E, mais do que isso, que defenda os interesses dos parlamentares e principalmente o cumprimento dos compromissos selados entre Executivo e Legislativo.

A preferência do grupo é que o nome escalado pertença a uma legenda de centro, seja o líder Isnaldo Bulhões (MDB-AL) ou o ministro Silvio Costa Filho.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=20§ion=1>

Orçamento 2025 deve ser votado na 2ª quinzena de março

A votação do Orçamento deste ano deve ficar apenas para a semana do dia 17 de março, prevê o relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025, senador Ângelo Coronel (PSD-BA). A proposta está em compasso de espera até hoje, em meio ao imbróglio das emendas parlamentares - o Congresso não votou o Orçamento no ano passado, como o esperado.

O deputado Júlio Arcoverde (PP-PI), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que analisa a proposta orçamentária, chegou até a marcar a próxima sessão do colegiado para o dia 11, mas Coronel não acredita que haja tempo hábil para votação. O relator entende que o prazo é apertado, porque pontos do texto ainda precisam ser ajustados.

"Acho muito difícil acontecer no dia 11. Dia 11 nós devemos conversar com os líderes, começar a ajustar alguns pontos e o mais provável é que venha a ser votado na semana seguinte", afirmou Coronel.

O relator do Orçamento de 2025 também disse ao Valor que já conversou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e ele agendou para as votações da proposta na comissão e no plenário para a semana do dia 17 de março.

Coronel ainda aguarda uma movimentação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a inclusão dos recursos referentes à ampliação do auxílio-gás no Orçamento deste ano. Ele tem reclamado da falta de interlocução com a equipe econômica do Executivo.

Após queixar-se, no início do mês, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), declarou ao Valor que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, receberia Coronel em breve. O encontro, no entanto, ainda não aconteceu. Procurado, o ministério da Fazenda não retornou.

Somente depois que o Congresso resolver a questão do Orçamento deste ano é que deverá ser definida a nova composição da CMO, responsável por discutir e votar, até dezembro, a proposta orçamentária de 2026. A instalação do novo colegiado, com deputados e senadores, está prevista para abril.

A indefinição sobre a nova comissão segue sendo

marcada por uma disputa entre MDB e União Brasil pela relatoria do Orçamento do ano que vem, e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem afirmado a aliados que espera que a **reforma ministerial** ajude a destravar o impasse entre os partidos.

Antes mesmo de Motta ser eleito, lideranças do MDB e do União já indicavam que disputariam até o último momento a relatoria. Ambas as legendas afirmam que receberam sinalizações de Motta de que ficariam com o posto e demonstram resistência em ceder.

De um lado, emedebistas alegam que entraram na base da candidatura de Motta muito antes do União, o que já motivaria a escalção de um nome da sigla para a função.

O líder do partido na Câmara, Is-nalclo Bulhões (MDB-AL), chegou a se colocar na disputa interna, mas logo desistiu para apoiar Motta, um de seus principais aliados na Casa. O deputado Elmar Nascimento (União-BA), por sua vez, desistiu da postulação semanas depois, apenas quando viu que suas pretensões estavam praticamente inviabilizadas já que o deputado do Republicanos havia conquistado o apoio da maioria das legendas.

O argumento dos emedebistas é rebatido por lideranças do União, que apontam que são a terceira maior bancada da Casa e que a distribuição que os beneficiaria foi acordada ainda durante a gestão do ex-presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

A aliados, o alagoano tem confirmado que acordou com lideranças que a relatoria do Orçamento de 2026 ficaria com o União, enquanto a presidência da CMO no ano que vem ficaria com um deputado do PSD. Outro compromisso que teria sido feito por Lira é que o MDB e o União ficariam com o comando da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2025 e 2026, respectivamente.

Em função desse acordo com Lira, parlamentares do União têm destacado, nos bastidores, que Motta terá problemas caso não faça valer o compromisso selado pelo antecessor.

O impasse em torno da relatoria do Orçamento implica diretamente na distribuição das comissões, já que o

posto está relacionado ao comando do principal colegiado da Câmara. A expectativa é que se o MDB ficasse com a relatoria, o União ficaria com a presidência da CCJ ou vice-versa.

A interlocutores, Motta tem reconhecido que o entrave já leva semanas e não tem tido avanços. Ele avalia que uma eventual escalção de Isnaldo para a Secretaria de Relações Institucionais no lugar de Alexandre Padilha (PT), durante a **reforma ministerial**, poderia acabar com a disputa.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188127?page=20§ion=1>

De José Serra a Nísia Trindade, veja o contexto político que levou à saída de todos os últimos ministros da Saúde

Ministério com orçamento cobiçado, a pasta da Saúde tem um histórico de negociações de indicações para seu comando em troca de apoio político. O cargo de ministro já foi usado anteriormente pelo presidente Lula em seus governos para ampliar sua base no Congresso, beneficiando partidos do Centrão e legendas como o MDB durante períodos de instabilidade no governo, provocados por fatos como mensalão. Ao estourar o escândalo, o Planalto substituiu em julho de 2005 o então ministro Humberto Costa (PT), hoje senador, pelo deputado José Saraiva Felipe, indicado pelos emedebistas.

A mesma estratégia foi usada por sua companheira de partido, a ex-presidente Dilma Rousseff, em meio ao seu processo de impeachment. Marcelo Castro foi indicado em outubro de 2015 pela bancada do PMDB na Câmara para assumir a pasta, então chefiada por Arthur Chioro (PT). A indicação para a pasta de maior orçamento na Esplanada à época foi costurada pelo Planalto para assegurar apoio do PMDB às matérias de interesse do governo nas votações. A saída de Castro se deu no movimento de afastamento dos emedebistas da gestão, após a aprovação do impeachment de Dilma na Câmara. O ex-presidente Jair Bolsonaro também chegou a ceder a pasta a nomes indicados por aliados, como Marcelo Queiroga, do Centrão.

Alexandre Padilha, que retorna à pasta, deixou o cargo para disputar o governo de São Paulo em fevereiro de 2014, após o então ex-presidente Lula bater o martelo em torno de sua candidatura. Presidente à época, Dilma Rousseff não queria abrir mão de Padilha, tido por ela como peça-chave em uma **reforma ministerial**. Dilma defendia seu nome na Secretaria de Relações Institucionais. Padilha foi um dos ministros da Saúde que por mais tempo permaneceu no cargo desde o governo Fernando Henrique (PSDB): 1.129 dias. José Serra, que lidera o ranking, comandou a pasta nos governos FH e somou 1.422 dias, seguido pelo emedebista José Gomes Temporão, 1.386 dias, no segundo governo Lula.

Veja abaixo o contexto político no qual ministros da Saúde que antecederam Nísia Trindade deixaram o comando da pasta.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/26/de-jose-serra-a-nisia-trindade-veja-o-contexto-politico-que-levou-a-saida-de-todos-os-ultimos-ministros-da-saude.ghtml>

Planalto e centrais definem hoje detalhes da MP do FGTS

A medida provisória que libera o **saque-aniversário** de quem optou pela modalidade e foi demitido deve ser assinada na próxima sexta-feira, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo informou o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Hoje, o presidente deve se reunir com Marinho e representantes de centrais sindicais para discutir os detalhes. A estimativa do governo federal é pagar R\$ 12 bilhões a até 10 milhões de trabalhadores. A medida desbloqueia o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) de quem optou pela modalidade e foi demitido. Segundo fontes próximas ao governo, a expectativa é de que a MP contemple apenas os trabalhadores que fizeram uso do **saque-aniversário** e não utilizaram o valor como garantia de empréstimo.

A Lei do **Saque-aniversário**, criada durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, estabelece que quem opta pela modalidade, quando é demitido, fica com o saldo do seu **FGTS** bloqueado por dois anos.

A medida vai possibilitar o saque antes desse período.

Apesar de membros do governo serem abertamente contrários à manutenção do **saque-aniversário**, como o ministro Luiz Marinho, que já chegou a dizer que tinha o aval de Lula para extinguir a modalidade, o presidente deve manter a possibilidade de optar pela sua manutenção, já que algumas instituições financeiras são contrárias ao fim dessa opção dentro do **FGTS**. O benefício do **saque-aniversário** permite ao trabalhador retirar uma parte do **FGTS** uma vez por ano. O percentual varia de 5% a 40% do saldo no fundo, além de uma parcela extra. A medida é vista como uma das tentativas de Lula para reverter a queda na popularidade. De acordo com a pesquisa CNT/MDA, divulgada ontem, o presidente atingiu recorde de avaliação negativa, chegando a 44%, enquanto 26,3% consideram regular e 28,7% consideram positiva.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7036/26-02-2025.html?all=1>

liberação do saque-aniversário do FGTS vai injetar R\$ 12 bi na economia

A medida provisória para liberar o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) aos demitidos que haviam optado pelo **saque-aniversário** será publicada na sexta-feira. A mudança vai injetar R\$ 12 bilhões na economia e deve favorecer 12,1 milhões de pessoas. Os trabalhadores que aderir am ao **saque-aniversário** ficaram impedidos de acessar a totalidade do saldo do FGTS no momento da rescisão contratual. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, terão acesso aos recursos trabalhadores que foram demitidos entre janeiro de 2020 e a data da publicação da MP. Os valores serão creditados automaticamente na conta cadastrada no **FGTS**, em duas etapas. A primeira pagará até o limite de R\$ 3 mil Se o valor for superior, o restante será liberado 110 dias após a MP. Página A8

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188127?page=20§ion=1>